

Acção Socialista



N.º 1288 25 Julho 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

ESTADO DA NAÇÃO

Mais apoios às famílias portuguesas



Página 20

PS/Madeira 18

João Carlos Gouveia é o novo líder

Viana do Castelo 10



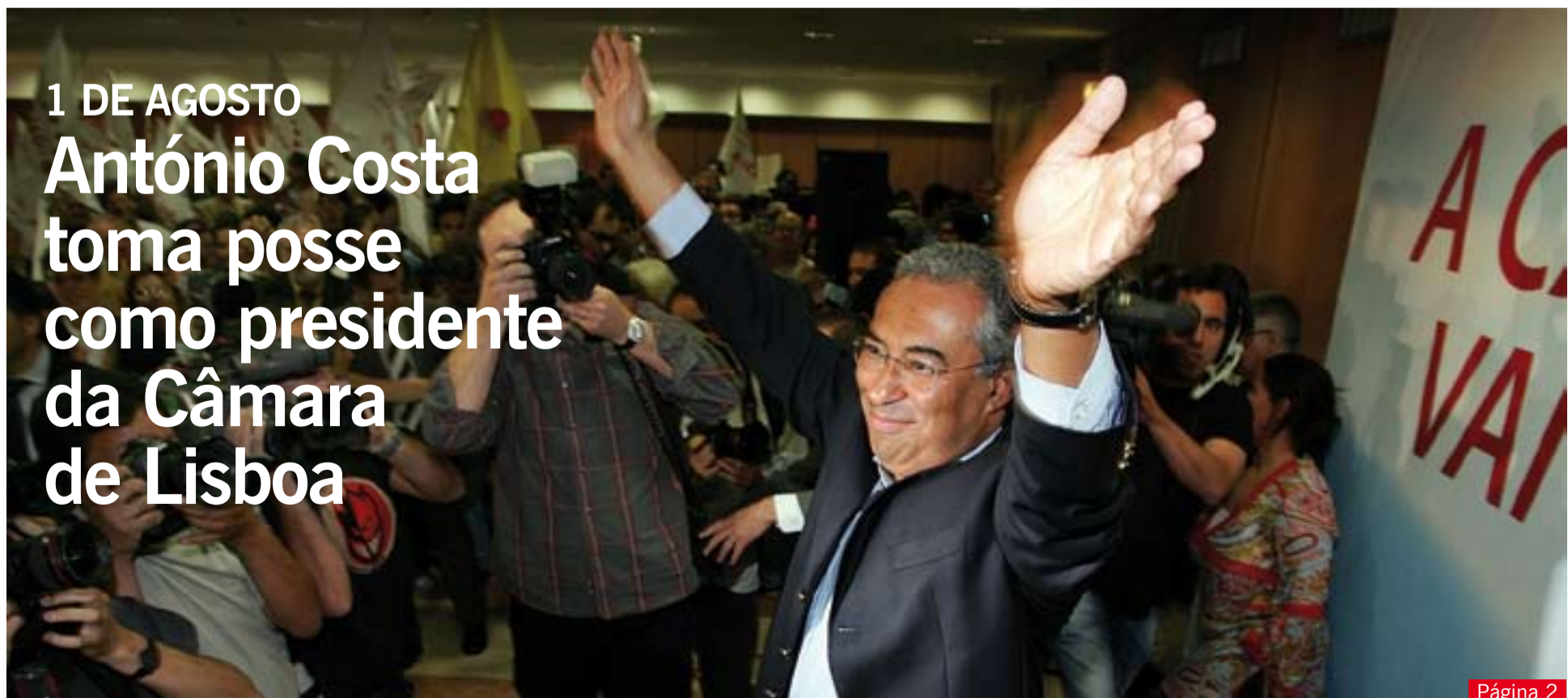
Rui Solheiro, presidente da Federação: "Nova Lei das Finanças Locais veio trazer mais rigor e transparência"

SUPLEMENTO



1 DE AGOSTO

António Costa toma posse como presidente da Câmara de Lisboa



Página 2

EDITORIAL



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

“
Todos reconhecerão que o estado da oposição é pior do que qualquer perspectiva, por mais crítica que seja, do Estado da Nação”

O ESTADO DA NAÇÃO VERSUS O ESTADO DA OPOSIÇÃO

ANUALMENTE, próximo do período de férias do Parlamento, o regimento da Assembleia da República determina a possibilidade de realização de um debate de política geral.

Este debate, designado como o debate do estado da Nação, é uma excelente oportunidade para fazer um balanço da sessão que passou, numa perspectiva de prestação de contas do Governo com a Assembleia, numa lógica que agora sai reforçada através da reforma do Parlamento, e que é a do poder fiscalizador dos parlamentos sobre os governos.

Este ano, o debate do estado da Nação (objecto de reportagem nesta edição, na página 20) realizou-se cinco dias depois das eleições para a Câmara de Lisboa. E o Governo, através do primeiro-ministro, José Sócrates, reafirmou três compromissos essenciais com os portugueses: a consolidação das contas públicas, o relançamento da economia e o crescimento do emprego.

Ficou evidente a importância e a relevância do espírito reformista da maioria e do Governo, essencial ao reforço da nossa competitividade, em áreas de governação como a Segurança Social, a Administração Pública, a Justiça, e que se materializa em acções concretas tão distintas como importantes, como o Programa Simplex; a reforma do licenciamento e dos instrumentos de gestão territorial, a reforma das finanças regionais, a reforma das finanças locais, a reforma das forças de segurança e do sistema de segurança interna, as novas leis estruturantes da nacionalidade e da imigração, a lei da paridade e a lei de limitação de mandatos executivos, a reforma da educação nos ensino básico, secundário e superior, ou a nova estratégia nacional da energia.

Mais do que em espírito reformista, Portugal vive hoje uma ambição, que com dois anos de Governo é uma realidade quanto à evolução e mudança constante do paradigma da nossa economia. O Plano Tecnológico é hoje, cada vez mais, um desígnio nacional que o Governo do PS lançou, lidera e desenvolve (tal como comprovam os três exemplos – entre muitos possíveis que o primeiro-ministro citou no debate¹).

Aliás, a combinação entre duas apostas estratégicas de Portugal – a energia (onde Portugal é um dos três países europeus com maior aposta nas renováveis) e o plano tecnológico nacional (onde dois anos depois 95% das medidas previstas se encontram em execução) – poderá ser mesmo uma das grandes oportunidades de desenvolvimento da economia nacional e da economia europeia, através do plano tecnológico para a energia.

Mas enquanto no plenário se discutia o estado da Nação, nos corredores do principal partido da oposição esse tema era o menos importante, a ponto de ao mesmo tempo que o primeiro-ministro discursava, os candidatos ou pré-candidatos ao poder do PSD concediam ao mesmo tempo entrevistas à Comunicação Social sobre a melhor forma de atacar o respectivo adversário interno.

As ondas de choque da vitória do PS em Lisboa, onde Marques Mendes tinha dito que “Um voto no PS é um voto no Governo (...)”², mostram que, infelizmente, à oposição falta muito sentido de Estado, o mesmo sentido de Estado que cala o PSD perante Alberto João Jardim e o PSD Madeira, que se recusam a aplicar uma lei da República.

Sabemos que temos no Governo e no PS uma equipa capaz de dar a Portugal uma estratégia e um sentido de esperança. Mas sentimos a falta, cada vez mais, de uma oposição capaz de dar aos portugueses uma qualquer capacidade de construção de alternativas de políticas ou de políticos. Todos reconhecerão que o estado da oposição é pior do que qualquer perspectiva, por mais crítica que seja, do estado da Nação.

Nota da Direcção: O “Acção Socialista” suspende, como é hábito, a sua publicação durante o mês de Agosto. Votos de boas férias a todos os camaradas.

¹ A intervenção completa do primeiro-ministro, José Sócrates, pode ser consultada em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Primeiro_Ministro/Intervencoes/20070720_PM_Int_Estado_Nacao.htm
² Público de 1 de Julho de 2007

Vitória histórica na capital

ANTÓNIO Costa é o novo presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), eleito com 29,54 por cento dos votos sufragados. Numa eleição histórica, o PS ganhou em todas as freguesias e conquistou, sem coligações, a maior autarquia do país. Os lisboetas deram uma maioria clara aos socialistas e mostraram o cartão vermelho à direita.

Na noite das eleições, reagindo ao resultado alcançado nas intercalares de Lisboa, António Costa congratulou-se pela primeira vitória socialista na capital em 31 anos, sem coligação. O PS ganhou em todas as 53 freguesias da capital.

Ladeado pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, o recém-eleito presidente da Câmara de Lisboa no seu discurso da vitória dirigiu-se a todos os munícipes, mesmo aos que não votaram na sua candidatura, afirmando que a partir de agora estará “ao serviço de todos os lisboetas”.

Em conferência de Imprensa, Costa afirmou que nos próximos dias iniciará conversações com os vereadores de todas as forças políticas representadas no Executivo camarário.

Em ambiente de festa pela vitória do PS, falou sobre os próximos passos que dará enquanto presidente da CML, reafirmando a sua determinação em prosseguir as dez primeiras medidas anunciadas durante a campanha eleitoral.

Assim, Costa garantiu que vai



começar, já a partir de Agosto, a restringir a circulação automóvel no Terreiro do Paço aos domingos, lançar, no início de Setembro, uma operação de limpeza geral da cidade (que implicará não só a remoção de detritos, mas também lavagem de passeios e a remoção dos cartazes ilegais), repintar as passadeiras de peões junto às escolas até ao princípio do ano lectivo, desbloquear as obras paradas por falta de pagamento aos empreiteiros e lançar uma operação de “tolerância zero” relativamente ao estacionamento em cima dos passeios ou em segunda fila, numa iniciativa com arranque

marcado para 12 de Setembro.

Por sua vez, o líder socialista, José Sócrates, afirmou que a capital está “bem entregue nas mãos de António Costa”, um político que descreveu como sendo “um dos mais capazes, competentes e talentosos”.

Para Sócrates, nestas eleições intercalares “abriu-se um novo tempo para Lisboa, com um novo programa, uma nova equipa e um novo presidente”.

“António Costa vai colocar a cidade como a capital do país com o progresso e o desenvolvimento que faltava”, afirmou convicto. **M.R.**

Lisboa escolheu a mudança

J. C. CASTELO BRANCO

NO PASSADO dia 15 de Julho “o PS obteve a confiança dos lisboetas para governar Lisboa” e “encerrou-se um capítulo de gestão autárquica caracterizada pela instabilidade, gestão ruínosa, derrapagem financeira e conflitos constantes”, afirmou o deputado do PS Miranda Calha, numa intervenção na Assembleia da República centrada na análise dos resultados das eleições intercalares para a maior câmara do país.

Segundo o também secretário nacional do PS para as Autarquias, com a vitória de António Costa, “os lisboetas votaram na mudança para que a sua câmara passe a ter um rumo, uma responsabilidade, uma gestão rigorosa”. Mas, acima de tudo, “que vejam os problemas resolvidos e que terminem os impasses e bloqueamentos que levaram a cidade ao estado em que está”, disse, acrescentando que a capital do país “não podia mais ficar para trás”, já que “é importantíssima no esforço que todos temos de realizar no crescimento do país”.

O deputado socialista referiu, por outro lado, que “as campanhas eleitorais que tiveram lugar desenvolveram-se normalmente, mas enganaram-se os que pretenderam fazer destas eleições um plebiscito contra o Governo”. É que, frisou, “a população não foi nisso”.



Para além do CDS e da CDU que viram baixar a sua votação, Miranda Calha sublinhou que “o PSD foi de longe o mais penalizado”, porque “de 42,43 por cento em 2005 passou para 15,74 por cento em 2007”, o que constitui “uma verdadeira quebra”.

E a explicação para esta hecatombe laranja, segundo o deputado do PS, é que “os lisboetas não perdoaram aos responsáveis da crise camarária” e “reconheceram aqueles que originaram a convocação de eleições intercalares para a saída da crise”.

Por isso, adiantou, “o líder do PSD, Marques Mendes, tem ilações a tirar. A sua presidente da distrital já o fez promovendo eleições e não se recandidatando”.

Para Miranda Calha, “o maior partido da oposição afirma-se hoje como factor de instabilidade. Não se apresentam alternativas, não se lançam ideias ou propostas. Navega-se muitas vezes na pequena política. O PSD parece apostado, tão-só, na instabilidade”.

Segundo o deputado do PS, os lisboetas souberam nestas eleições separar o trigo do joio e, por isso, “deram a sua confiança a quem fez uma campanha séria, apresentou programas e anunciou medidas”.

E também deram apoio, acrescentou, “àqueles que por si próprios são geradores de confiança pelo que fizeram no passado, como preencheram as funções em que foram investidos ou que pelas suas carreiras profissionais se souberam destacar e afirmar”.

Na sua intervenção, Miranda Calha disse que há ainda outras reflexões a retirar deste acto eleitoral, como a elevada abstenção e a arquitectura do nosso poder local. Neste contexto, sustentou que “o nosso sistema político deve reflectir sobre a participação cívica em actos eleitorais” e defendeu que é chegada a altura “de pensarmos se a câmara municipal deve ser mais parecida com uma assembleia de debate político do que com um verdadeiro executivo a cumprir, a executar um programa sufragado”.

Entrega de computadores por todo o país arranca com sucesso



COMEÇOU já o processo de entrega dos primeiros cinco mil computadores portáteis que deverão aumentar em meio milhão o número de portugueses com Internet.

No âmbito desta iniciativa inserida no Plano Tecnológico e anunciada no final de Maio deste ano, na Assembleia da República, pelo chefe do Executivo socialista – tendo surgido na sequência da negociação de um fundo constituído por verbas dos operadores móveis, ao abrigo das licenças UMTS – José Sócrates e vários membros do Executivo percorreram as 18 capitais de distrito de Portugal continental.

As ações de entrega de computadores destinaram-se, como fora anunciado, aos indivíduos em processo de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC), aos alunos do 10º ano e aos professores do ensino básico e secundário.

No dia 21 de Julho, o primeiro-ministro esteve no Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, em Lisboa, onde também entregou 20 computadores e certificados de RVCC a cidadãos que concluíram o programa “Novas Oportunidades”.

Na sua intervenção, Sócrates

frisou que “massificar o uso do computador é essencial para que Portugal se modernize”.

Aos recém-diplomados, o primeiro-ministro endereçou palavras de estímulo à progressiva aquisição de conhecimentos.

“O país – disse – precisa de aprender mais. Os números são conhecidos: a grande maioria (70 por cento) dos cinco milhões e 100 mil portugueses a trabalhar não tem o ensino secundário. E aqueles que já na idade adulta reconhecem que têm de saber mais e decidem ir aprender são um exemplo para todos”.

E porque “a única forma que Portugal tem de competir na economia global é aumentar o valor do conhecimento de cada português, o primeiro-ministro afirmou não ter dúvidas de que o “Novas Oportunidades” é o programa mais importante que, até agora, o Governo lançou.

Tal como Sócrates, 17 membros do Executivo estiveram presentes em sessões nos restantes distritos do país, onde entregaram certificados de formação profissional a adultos e 20 computadores.

Além da sessão de José Sócrates na capital e no âmbito desta iniciativa, o ministro de Estado das Finanças, Teixeira dos Santos,

deslocou-se a Viana do Castelo e o ministro da Administração Interna foi a Bragança.

Entre os governantes envolvidos nas ações, destaca-se ainda a presença do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, em Vila Real, do titular da pasta das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, em Viseu, e do secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, em Santarém.

Quanto ao processo de entrega de computadores, no caso do “Novas Oportunidades”, saliente-se que os seus beneficiários pagarão 15 euros por mês durante um ano (após uma entrada de 150 euros) e terão direito a um computador portátil, acesso gratuito à Internet em banda larga durante um ano e a uma linha telefónica.

Refira-se ainda que, até agora, 250 mil portugueses inscreveram-se no “Novas Oportunidades, um programa cujos três objectivos centrais passam por fazer do 12º ano o “referencial mínimo de qualificação”, possibilitar que metade dos alunos do secundário sejam “abrangidos em vias tecnológicas e profissionais” e qualificar, até 2010, um milhão de activos através da validação de competências e formação de adultos. M.R.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Portugal é pela sua natureza de localização geográfica, de cultura, de história, de relacionamento geopolítico e de distribuição pelo mundo dos seus nacionais, talvez o melhor e mais forte exemplo de um país global

PAÍS GLOBAL

ASSUMINDO desde o primeiro dia de Julho e até ao final do ano a presidência da União Europeia, com uma agressiva agenda internacional conjugada com a formulação do novo Tratado Institucional e com a preparação dum novo ciclo para a Agenda de Lisboa, Portugal tem todos os olhares virados sobre si.

Neste período já recebeu ou receberá a visita dos mais ilustres dirigentes políticos, sociais e empresariais da Europa e do mundo e estará sobre apreciação fina e detalhada dos mais conceituados analistas e fazedores de opinião dos meios de comunicação globais.

Este facto constitui uma oportunidade única de mostrar um Portugal em mudança, que se moderniza de forma acelerada, salvaguardando a qualidade do serviço público e a sustentabilidade do Estado Social e dando passos de gigante em domínios emergentes como as energias renováveis, a biotecnologia ou as tecnologias da informação e da comunicação.

Vivemos num tempo em que a profusão de mensagens se torna rapidamente ruído. Temos por isso que encontrar um justo equilíbrio entre a comunicação sectorial e a imagem de conjunto que queremos consolidar e transmitir.

É normal que cada um de nós, em função da sua sensibilidade e experiência, queira mostrar, promover e divulgar a sua área de actividade e aquilo que mais gosta do seu país.

Essa prática normal não é no entanto incompatível com o assumir duma ideia integradora que importa comunicar e explorar – num mundo cada vez mais globalizado, Portugal é pela sua natureza de localização geográfica, de cultura, de história, de relacionamento geopolítico e de distribuição pelo mundo dos seus nacionais, talvez o melhor e mais forte exemplo de um país global.

Esta ideia simples tem um forte impacto na atractividade do país e pode mover montanhas na luta permanente que teremos que travar pela nossa afirmação na economia mundializada.

Uma afirmação com valores, com sensibilidade social, com modernidade na narrativa política, com inovação nos processos e nos produtos, com cosmopolitismo tolerante na compreensão do mundo e das suas fracturas e contradições. Uma afirmação digna e capaz de projectar Portugal como um nó relevante na rede das relações políticas e económicas dos novos tempos.



OPINIÃO

RAMOS PRETO
Deputado do PS

O combate às alterações climáticas também representará para a indústria europeia uma nova oportunidade, assim sabemos promover a respectiva investigação e desenvolver as tecnologias necessárias e adequadas

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – PROTEGER O PLANETA

CONTINUAMOS a consumir petróleo, carvão e gás a uma taxa de crescimento nunca vista, enquanto, ao mesmo tempo, destruímos as nossas florestas e degradamos os nossos mais relevantes ecossistemas.

Como resultado a terra continua a aquecer cada vez mais rapidamente.

Estes problemas são globais e, por isso, só são resolúveis no quadro do actual sistema internacional.

Cada país não pode continuar a tomar medidas políticas isolado do seu vizinho e sem atender também ao que vai acontecendo do outro lado da fronteira.

Por isso, os governos vão tomando cada vez mais rapidamente consciência de que há que concordar e acordar num programa global para proteger o planeta.

Um dos instrumentos mais importantes na tomada de decisão política a nível mundial são os parlamentos de cada país.

Atenta à gravidade da questão em apreço é necessário que se crie uma massa crítica de legisladores, de todos os partidos, de todos os países, de todos os continentes, que sejam capazes de compreender os perigos que partilhem uma visão para a sustentabilidade do planeta e que estejam preparados para liderar o desafio nos seus diversos parlamentos.

É necessário criar um sistema global rápido e flexível que permita uma imediata apreensão por todos os legisladores das questões mais relevantes que respeitem às alterações climáticas.

Consciente da gravidade da questão o Parlamento português, no quadro da presidência portuguesa da União Europeia, vai realizar em conjunto com o Parlamento Europeu, nos próximos dias 1 e 2, de Outubro de 2007, uma reunião, em Bruxelas, co-presidida pelo presidente da Assembleia da República e pelo presidente do Parlamento Europeu subordinada ao tema das Alterações Climáticas.

Nessa reunião participarão os legisladores dos vinte e sete parlamentos dos Estados-membros que têm como missão, em cada parlamento nacional, reflectir sobre as questões das alterações climáticas.

Na verdade, face, designadamente, às recentes decisões relativas às alterações climáticas aprovadas pelo Conselho Europeu da Primavera, na reunião de 9 de Março último e pela Cimeira dos G-8, em Heiligendamm, na Alemanha, em 6 e 8 de Junho, importa desenvolver estratégias de adaptação àquelas alterações, a nível nacional, regional e global.

Esta reunião é, pois, uma oportunidade para promover o debate a nível parlamentar e trocar experiências entre parlamentares dos diversos Estados com vista a “assumir o desafio” que se coloca às nossas sociedades face aos objectivos a atingir e às acções comuns a desenvolver para o efeito, nomeadamente até 2020 e até 2050.

A questão das alterações climáticas é tão premente que o próprio Parlamento Europeu sentiu a necessidade de instituir uma nova comissão que tem por objecto apresentar propostas relativas às políticas de alterações climáticas bem como o acompanhamento pelo Parlamento Europeu das propostas dos negociadores europeus no quadro post 2012, ou seja no quadro post Quioto.

Sabemos que, no mínimo, a situação actual é catastrófica que os danos estão a

ter um enorme custo social e económico.

Sabemos que este assunto se encontra no top da agenda política e sabemos que é um imperativo categórico tomar medidas de urgência.

Como os peritos das Nações Unidas têm demonstrado nos seus últimos relatórios preliminares já nos encontramos atrasados.

Contudo, embora difícil, ainda é possível reverter a tendência para a catástrofe.

Sabemos que os próximos dois anos são politicamente decisivos para se atingir um objectivo a nível global.

Se não atingirmos um acordo global neste período a situação será de muito difícil reversão.

No entanto, temos de estar confiantes principalmente por duas razões:

Em primeiro lugar, porque se começa a verificar uma crescente preocupação com a importância das políticas de sustentabilidade climática e em segundo lugar porque as nações industrialmente mais desenvolvidas concordam com a necessidade de fazer cortes substanciais nas emissões de CO₂ procurando chegar a um acordo global no quadro das Nações Unidas.

Daí a importância da Conferência de Bali, em Dezembro de 2007, sobre o futuro do Protocolo de Quioto e da Cimeira da União Europeia sobre Energia e Alterações Climáticas, a ter lugar na Primavera de 2008.

A União Europeia tem de estar atenta e tem de ter um papel relevante e determinante no combate às alterações climáticas mostrando ao mundo os seus objectivos e os seus propósitos, ou seja, promovendo uma política que possa ser apresentada como exemplo aos poluidores internacionais mais relevantes, chamem-se eles América, Rússia, China ou Índia.

Claro que afrontar esta Verdade Inconveniente, como lhe chamou Al Gore, não se fará de graça, terá custos e alguns bem elevados. Porém, o combate às alterações climáticas também representará para a indústria europeia uma nova oportunidade, assim saibamos promover a respectiva investigação e desenvolver as tecnologias necessárias e adequadas.

Os poderes que foram conferidos pelo Parlamento Europeu à sua Comissão Eventual de Alterações Climáticas são demonstrativos das preocupações existentes e representam uma aposta firme numa maior protecção do ambiente, realçando as novas oportunidades económicas que derivam do investimento nessas novas tecnologias e em energias renováveis.

O mandato de que é titular para proceder ao estudo do impacto das alterações climáticas no sistema económico, social, regional e mundial, ao nível do ambiente e ao nível da saúde pública é demonstrativo da enorme preocupação que este tema hoje representa para a União Europeia.

Dai que seja de realçar a circunstância de o Parlamento português, no quadro da presidência da União, ter promovido o encontro interparlamentar dos próximos dias 1 e 2 de Outubro que, estou certo, irá ser importante para se assegurar uma concentrada, coerente e efectiva contribuição dos Parlamentos dos 27 países da União Europeia para a ajuda na resolução daquilo que Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, apelidou como “a mais importante ameaça para a humanidade”.

Comissão Política realça vitória em Lisboa e reitera ímpeto reformista



O PS congratulou-se com a “importante vitória” obtida pelo candidato socialista António Costa à Câmara de Lisboa. Após a reunião da Comissão Política, o porta-voz do partido, Vitalino Canas, assegurou, por outro lado, que o ímpeto reformista do Governo vai prosseguir, a par da forte dinâmica colocada na presidência portuguesa da União Europeia.

Em declarações aos jornalistas, Vitalino Canas disse que “enquanto outros estarão a analisar a derrota de domingo em Lisboa,

os socialistas estão a analisar a importante vitória eleitoral alcançada em Lisboa”. Sobre a presidência portuguesa da União Europeia, afirmou que a mesma vai servir “para prestigiar o país e permitir o aprofundamento da União”.

Vitalino Canas declarou ainda que “o Governo do PS não irá afrouxar durante este período de seis meses o seu ímpeto reformista e continuar, e até se possível reforçar, a sua acção reformista, continuando a aprovar as reformas que são necessárias para que o país se desenvolva”.

Sócrates elogia reforma do Parlamento



JANTAR GP/PS

A REFORMA do Parlamento, que “vem dar melhores condições ao exercício da actividade política das oposições”, mereceu rasgados elogios de José Sócrates, na intervenção que efectuou num jantar com os deputados e funcionários do Grupo Parlamentar para assinalar o final da sessão legislativa.

E salientou que a reforma que vai “levar o primeiro-ministro e o Governo mais vezes ao Parlamento” é feita quando os socialistas “têm a maioria absoluta”. Um facto que, salientou, “nunca aconteceu antes”.

Por outro lado, José Sócrates agradeceu “o apoio sem mácula” da bancada à acção do Governo e considerou “extraordinária” esta

sessão legislativa.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro falou ainda das “leis absolutamente estruturas” da iniciativa do Governo, como o licenciamento urbanístico, a reforma do ensino superior, o novo sistema de carreiras, vínculos e remunerações da Administração Pública, as leis orgânicas das polícias, entre outras. E ainda a lei da interrupção voluntária da gravidez, que “marcará a legislatura”.

Já o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Alberto Martins, fez um balanço positivo da sessão legislativa que agora termina. “Foi um ano de trabalho excelente, dedicado e intenso”, disse, salientando ainda “o espírito reformista” da maioria e o apoio da bancada socialista ao Governo.

Um Parlamento com mais autonomia, mais poderes às oposições e mais transparência

REFORMA DO PARLAMENTO APROVADA

“ESCREVEMOS hoje uma nova página na vida do Parlamento português que, a partir desta votação, passará a ter mais autonomia. Ao fim de 30 anos, um deputado da Assembleia da República passa a ter o direito de ver os seus projectos de lei debatidos e votados, o que não acontece agora”, declarou António José Seguro. Mas o reforço da autonomia dos deputados não fica por aqui: os requerimentos dos deputados dirigidos ao Governo passam a ser respondidos obrigatoriamente ao fim de 30 dias, o que antes não sucedia.

Tal como foi referido por António José Seguro, não é a primeira vez que há uma maioria absoluta em Portugal, mas é a primeira maioria absoluta do PS e essa maioria corresponde a um efectivo aumento dos poderes das oposições.

O PS não fez um fato à sua medida e reforçou os poderes da oposição. A partir de Setembro, os ministros passam a ir quatro vezes por sessão ao Parlamento, não sendo necessário, para tal, a concordância da maioria.

Todos os grupos parlamentares da oposição passam a dispor de 13 agendamentos potestativos por sessão legislativa para chamar os ministros ao Parlamento.

Os candidatos a titulares de altos cargos do Estado que são objecto de eleição pela AR passam a ir à Assembleia, bem como os titulares dos órgãos reguladores.

Num esforço de transparência, passarão, a partir de Setembro, a ser colocados “on-line”, na Internet, os interesses financeiros de cada um dos deputados.

Para o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, que falava aos jornalistas à saída do plenário do dia 19 de Julho, numa ocasião na qual fez questão de enfatizar que “quem tivesse algumas dúvidas sobre a qualidade democrática da nossa maioria, tem agora as dúvidas todas dissipadas”.

“Nunca antes um Governo com maioria absoluta tinha aceitado retirar poderes a si próprio e aumentar os poderes das oposições. E é a primeira vez porque é a primeira vez que o PS tem maioria absoluta”, frisou o governante, vincando de seguida que os socialistas, longe de transformarem a sua maioria em “poder absoluto”, souberam compreender



que o poder é “sujeito a sucessivos controlos e transitório”.

Santos Silva sublinhou depois que a reforma do Parlamento corresponde a um compromisso eleitoral do PS, liderado por José Sócrates, de tornar a Assembleia o “órgão político central do debate público”.

No mesmo sentido, o deputado António José Seguro afirmou que, com a actual maioria absoluta, os socialistas dispuseram-se a “melhorar a qualidade da democracia”, enaltecendo assim o facto do Executivo se ter associado à reforma desenvolvida pelo Grupo Parlamentar do PS.

“Partilhou soluções e abdicou de poderes”, referiu Seguro, saudando o primeiro-ministro, José Sócrates, e o ministro dos Assuntos Parlamentares, para logo sublinhar a abertura do PS à convergência com os outros partidos, chegando a um consenso sobre quase todas as novas regras de funcionamento do Parlamento.

Na véspera da sessão plenária em que os deputados procederam à aprovação desta importante reforma, o primeiro-ministro e líder socialista, José Sócrates, elogiou esta iniciativa “sem precedentes” do PS num momento em que o partido tem maioria absoluta.

No início do jantar da nossa bancada, que assinalou o fim da segunda sessão legislativa, Sócrates salientou que “nunca antes tinha acontecido na democracia portuguesa que um partido com maioria absoluta aprovasse uma reforma do Parlamento que dará mais condições à oposição”

Instituições de ensino superior com novo regime jurídico

O NOVO Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) foi aprovado, no dia 19 de Julho, na Assembleia da República, em votação final global, com os votos favoráveis da bancada socialista.

A Comissão Parlamentar de Educação introduziu numerosas alterações ao diploma do Governo, acolhendo deste modo, conforme sublinhou o ministro da tutela, Mariano Gago, “todas as sugestões que pareceram úteis”.

De acordo com o governante, as alterações resultaram do interesse em “ouvir todos os parceiros e criar todas as condições para que esta não seja uma reforma de papel, mas que aconteça realmente e depressa”.

Aos jornalistas, Mariano Gago disse, no final do encontro informal dos ministros

européus da Ciência, que o novo RJIES permitirá “uma variedade e organização de regimes jurídicos que possibilitarão, pela primeira vez na história da ciência portuguesa, fazer consórcios formais em que as unidades de investigação poderão colaborar e em que as universidades vão assumir uma dimensão fortemente científica”.

Convicto de que o RJIES contribuirá para ajudar as forças reformistas internas às próprias instituições, o ministro clarificou que “a lei permite e ajuda a que essa reforma se faça em várias dimensões”.

“Em primeiro lugar, permitindo e exigindo que no topo da direcção das universidades e dos institutos politécnicos se incorporem competências externas às instituições”, referiu,

acrescentando que, em segundo lugar, o novo regime vai permitir que, pela primeira vez, os centros de investigação estejam finalmente representados nos conselhos científicos das instituições “com uma dimensão que seja razoável e compatível” com a sua importância nas próprias instituições.

Para Mariano Gago, estas são “boas notícias para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no nosso país”, embora tenha reconhecido que há ainda muito trabalho a fazer e que grande parte da reforma tem que ser concretizada no terreno.

“Trata-se de uma reforma que exige que os mais novos, os mais dinâmicos e mais produtivos nas diferentes áreas corporizem agora na realidade”, concluiu o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **M.R.**

“Com esta reforma, encerramos em beleza esta sessão legislativa”, observou, considerando que a reforma do Parlamento “honra a tradição democrática do PS”.

Votação em clima de consenso alargado

De referir que o novo regimento da Assembleia da República, um dos sete projectos de resolução da refor-

ma do Parlamento aprovados no passado dia 19 e que entrarão em vigor a 1 de Setembro, obteve os votos favoráveis do PS, PCP, Bloco de Esquerda, Verdes e CDS-PP, numa votação na qual o PSD optou pela abstenção.

A nova lei do exercício do direito de petição, também parte da referida reforma, foi aprovada por todos os partidos menos o BE, que se absteve.

Outro diploma, o novo Estatuto dos Deputados, somou os votos favoráveis do PS e do PSD, a abstenção do PCP, BE e dos Verdes e os votos contra do CDS-PP.

Face ao resultado das votações, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, congratulou-se com “o elevado grau de consenso” conseguido, sendo “impossível conseguir a unanimidade”.

Gama aplaudiu a reforma coordenada pelo deputado socialista António José Seguro e aproveitou para apelar à assiduidade dos parlamentares, apontando-a como “indispensável para a credibilidade do Parlamento”.

A duplicação dos debates com o primeiro-ministro – uma vez por mês na forma de sessão de perguntas, outra vez no formato actual – foi um dos pontos da reforma mais elogiados pelos partidos da oposição.

O maior número de presenças dos ministros no Parlamento, a possibilidade de haver audições sem o acordo da maioria parlamentar e o agendamento obrigatório de todos os diplomas foram outros pontos salientados. **M.R.**

5 PERGUNTAS A ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Coordenador do grupo de trabalho da reforma do Parlamento

Foi o coordenador do PS para a reforma do Parlamento e depois o coordenador do grupo de trabalho de todos os partidos na Assembleia da República. Em que medida as propostas do PS contribuíram para o novo modelo de funcionamento do Parlamento português? De onde lhe chegaram essas propostas? Apenas do PS? Houve militantes a colaborar?

O PS tomou a iniciativa e liderou, desde o início, o processo de reforma do Parlamento.

Foram muitos os contributos dos parlamentares de todos os quadrantes políticos e de cidadãos comprometidos com a vida pública. Destaco os contributos dos deputados do PS: 111 num universo de 121, é excelente.

O PS deixa uma marca profunda com a concretização desta reforma ao dotar os parlamentares de maior autonomia e ao reforçar o poder de fiscalização face à acção dos Governos. Nunca antes se tinha ido tão longe.

Os debates quinzenais com o primeiro-ministro são apontados como uma das inovações nesta reforma. Pode explicar ao “AS” em que medida estes debates vão valorizar o papel da Assembleia na discussão política?

O primeiro-ministro passa a prestar contas duas vezes por mês aos parlamentares. Em metade dessas vezes são os deputados que iniciam o debate. Numa sociedade mediática, este é um forte contributo para a revalorização da Assembleia como o centro do debate político.

Se pudesse destacar sete medidas emblemáticas na reforma do Parlamento que foi aprovada no dia 19 de Julho, quais destacaria?

O poder que cada deputado passa a ter com a possibilidade de apresentar projectos-lei e de os ver debatidos e votados.

A ida de ministros ao Parlamento sem necessidade do voto da maioria.

A obrigatoriedade do Governo responder aos requerimentos dos deputados em 30 dias.

A publicação na Internet da declaração de interesses financeiros dos deputados e das suas faltas nas reuniões plenárias.

A participação dos cidadãos na vida parlamentar, em particular no processo legislativo.

O contributo para a redução progressiva de emissões de CO2.

A melhoria do acesso ao direito por parte dos portugueses através da republicação das leis.

Houve um amplo consenso entre os partidos para a reforma do Parlamento. Contudo, o PSD dividiu-se sobre o tema. O que acha que sucedeu?

Infelizmente, o PSD não esteve à altura da mudança e colocou uma pequena vantagem partidária à frente dos princípios. O PSD não tinha qualquer razão para votar contra a reforma, como o disseram (em declaração de voto) cerca um terço dos seus deputados.

Finalmente, o que ficou por fazer?

Concretizar a reforma e o seu espírito. Mais importante do que as normas são as atitudes e os comportamentos dos parlamentares. É esse o grande desafio: uma nova atitude parlamentar que reforce a relação de confiança entre eleitos e eleitores.

OPINIÃO



VENTURA LEITE
Deputado do PS

A decisão do Governo de apoiar as famílias na questão natalidade é, para mim, uma vitória política dentro do próprio partido

PARA REFLECTIR ANTES DAS FÉRIAS

HOJE deixo-vos duas notas de reflexão sobre acontecimentos destes dias que eu reputo de plenos de significados: as intercalares para a Câmara de Lisboa, e o Debate sobre o Estado da Nação.

As eleições em Lisboa mostraram o seguinte:

- 1º. O PS ganhou, de forma clara sobre as restantes candidaturas, a mais importante câmara do país, e poderá nela pôr em prática uma gestão séria que ponha termo a uma situação de caos, descrédito e prejuízo para os lisboetas e para o todo nacional.
- 2º. Dois candidatos que se apresentaram fora dos partidos alcançaram, no seu conjunto, cinco vereadores, deixando para atrás forças partidárias como o PSD, o PCP, o BE, e o CDS.
- 3º. O resultado final, ou seja, uma vitória sem maioria absoluta, vem mostrar, mais uma vez, o que há muitos anos se sabe: o actual modelo de eleição e constituição dos executivos das câmaras é obsoleto, já nada acrescentando à democracia local. Se as duas maiores forças políticas não tivessem estado amarradas, ao longo de mais de uma década, a compromissos locais, já há muito que os executivos municipais poderiam ser de uma só cor, isto é, constituídos por uma equipa escolhida pelo presidente (o candidato mais votado), e susceptível de reconstituição ao longo do mandato, tal como o Governo da Nação.

O debate sobre o estado da Nação mostrou novamente que o Governo do PS não tem oposição credível, o que não é uma novidade.

Novidade foi o anúncio, pelo PM, José Sócrates, de um conjunto de medidas para apoio às famílias e à recuperação da natalidade, que atingiu um nível preocupante.

Não posso deixar de manifestar o meu aplauso e regozijo pelo facto.

São, para já, boas notícias para os portugueses.

No "Acção Socialista" já eu e outros vínhamos chamando a atenção para este gravíssimo problema.

Dentro do Grupo Parlamentar, já tinha apresentado em conjunto com outros colegas uma proposta para a constituição de uma Comissão Permanente para a Família e Desenvolvimento Social (lá para Setembro saberemos a importância que o GP lhe atribui ou não),

É pena que o Governo tenha deixado o assunto ganhar expressão mediática, com o próprio Presidente da República a manifestar a sua preocupação com a baixíssima natalidade e as suas consequências futuras para o País.

Nas Grandes Opções do Plano para 2008 não houve qualquer preocupação do Governo com o assunto, o que para mim tinha constituído uma decepção.

Destas duas notas ressaltam os seguintes comentários:

- 1º. O afastamento dos eleitores dos partidos é um processo a que parecemos continuar alheados.

Para muitos de nós, destas eleições intercalares apenas ficou um certo ressentimento relativamente a Helena Roseta e o argumento de que nem ela nem Carmona Rodrigues eram candidatos independentes.

Trata-se, a meu ver, de um erro primário em que muitos caíam.

Na verdade, hoje em dia, os candidatos independentes não são, para os cidadãos,

aqueles que não estão filiados em partidos, mas aqueles que são capazes de assumir atitudes e projectos que não são os dos seus partidos, quando entendem que é essa a melhor solução para os cidadãos.

Na verdade, os independentes a que estávamos habituados eram e são pessoas não filiadas e que são convidadas pelos partidos para darem brilho aos programas eleitorais ou encabeçarem os projectos partidários.

Mas, para muitos deles a não filiação passou a ser uma atitude táctica, pois passou a significar descomprometimento e a possibilidade de receberem um convite de qualquer partido.

E não é isso o que os eleitores hoje apreciam.

A candidatura de Manuel Alegre à Presidência da República e a votação que alcançou, e agora a votação obtida pelos dois candidatos que se apresentaram fora dos maiores partidos à presidência da Câmara de Lisboa, são a comprovação daquilo que acabo de referir.

Gostemos ou não de Carmona Rodrigues e Helena Roseta, eles foram, de facto, os dois candidatos independentes à Câmara de Lisboa.

Decididamente não o foram nem Fernando



Negrão nem Sá Fernandes. Na realidade estes dois representaram, na perfeição, candidaturas rigorosamente partidárias, ou não teriam sido convidados.

Enquanto não formos capazes de vermos esta realidade, nada faremos para aproximar novamente os partidos dos cidadãos.

- 2º. A decisão do Governo de apoiar as famílias na questão natalidade é, para mim, uma vitória política de José Sócrates dentro do próprio partido.

Na realidade, ao longo dos últimos tempos tem-se ouvido mais socialistas, e influentes, preocupados com o casamento de homossexuais do que com esta questão verdadeiramente fracturante para a sociedade que é uma perigosa diminuição da natalidade.

Esta decisão de José Sócrates merece ser apoiada para que outras que ainda fazem falta possam vir a ser tomadas a curto prazo. Não é uma questão eminentemente financeira, mas de concepção política!

Há uma tensão social latente hoje na sociedade portuguesa, fruto das transformações em curso e das reformas que são urgentes, mas muito ampliada pela Comunicação Social a que se junta naturalmente a oposição, com ajuda preciosa de decisões lamentáveis e inadmissíveis de quadros da administração do Estado.

Uma política integrada para a família e uma estratégia de combate à pobreza devia ser o outro prato da balança de um programa de reformas exigente de um governo socialista, neste particular momento que se vive em Portugal (isto vem nos manuais!)

Voltarei a este tema.
Boas Férias!

Portugal está mais preparado para o combate aos fogos florestais

NO BALANÇO das audições parlamentares realizadas com os ministros da Administração Interna, do Ambiente e da Agricultura na Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o deputado socialista

Carlos Lopes concluiu que o país está mais bem preparado para fazer face ao flagelo dos incêndios florestais, tendo por base a Directiva Operacional Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

As estatísticas que foram apresentadas pelo ministro da Agricultura, Jaime Silva, na audição parlamentar do passado dia 11 de Junho, relativos ao balanço dos incêndios florestais ocorridos no primeiro semestre são globalmente positivos.

Foram apuradas 3159 ocorrências (394 incêndios florestais e 2765 fogachos) que consumiram um total de 1161ha (411ha de povoamentos e 750ha de matos), registos bastante abaixo da média dos últimos cinco anos para o período em análise. Contudo, sublinhou o deputado Carlos Lopes, estes indicadores não retiraram a preocupação da acumulação de vegetação resultante das chuvas da Primavera e do início do Verão e que pode vir a agravar o risco de incêndio durante o período crítico, entre Julho e Agosto.

O titular da pasta da Agricultura deu conta do trabalho que está a ser executado pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais, agora que tem finalmente a sua estrutura orgânica dimensionada para fazer face aos objectivos definidos em sede da Estratégia Nacional para as Florestas.

Esta estratégia, que constitui o documento orientador da futura Política Florestal Nacional, consagra a minimização do risco de incêndios florestais como uma das seis linhas estratégicas de actuação.

Na sua intervenção, o deputado Carlos Lopes elogiou a nova forma de abordar a gestão das florestas públicas, preconizada no projecto recentemente aprovado pelo mecanismo financeiro do espaço económico europeu EEA GRANTS.

Segundo o parlamentar socialista, este projecto, que "constitui um ponto de viragem na forma de pensar a floresta", vai permitir a concepção, planeamento e execução de Redes Regionais Defesa da Floresta Contra Incêndios, com intervenção numa área de cerca 800 mil ha em 34 municípios da



região Centro, num valor de investimento orçado em 1,2 milhões de euros. Trata-se de "um desafio importante para o Ministério da Agricultura", disse.

Já na audição parlamentar realizada com o ministro do Ambiente, o deputado Carlos Lopes realçou a melhor preparação que os serviços deste ministério denotam para a protecção dos territórios sob a sua alçada, designadamente da Rede Nacional de Áreas Protegidas, face à ameaça dos incêndios florestais. A reestruturação operada no ICNB perspectiva uma melhor coordenação dos meios afectos às áreas protegidas, quer no plano interno, por via da gestão à escala regional desses meios, quer por via de uma melhor articulação e cooperação institucional com os governos civis e autarquias, bem como com os serviços da Protecção Civil, do SEPNA da GNR e com os serviços técnicos da DGRF.

Na sua opinião, estas medidas "dão-nos garantias de uma melhor preparação para a prevenção, vigilância, detecção e combate aos incêndios florestais nas Áreas Protegidas este ano".

Como foi apresentado pelo ministro do Ambiente, Nunes Correia, aos deputados da Comissão, a actuação do ICNB nesse domínio pautou-se pela gestão de combustíveis (matos) e infra-estruturação do território (construção e manutenção de aceiros, caminhos florestais e pontos de água), vigilância e detecção pelas brigadas de vigilância móvel e pelo reforço da capacidade de primeira intervenção e vigilância pós-fogo através das brigadas de 1.ª intervenção das áreas protegidas.

O deputado Carlos Lopes salientou, do conjunto de audiências realizadas, a articulação e coordenação interinstitucional demonstrada pelos Departamentos do Governo em matéria de DFCI. "A prova está dada", concluiu. "Não é matéria de fácil concretização, mas têm sido percorridos os passos necessários e decisivos nesse sentido. Só a prossecução dessa premissa permitirá ao país encarar o flagelo dos incêndios florestais de uma forma eficiente e progressivamente criar as bases para uma cooperação duradoura e sustentável".

Governos PS são campeões de investimento no Norte

A região Norte e o distrito do Porto estão em movimento e a caminho da modernidade. Este o balanço feito pelos socialistas portuenses em conferência de Imprensa, na qual se fez uma “avaliação rigorosa dos investimentos e compromissos assumidos pelo Governo nestes dois anos de mandato” e se evidenciou que os Executivos do PS têm sido “os campeões do investimento público” nesta zona do país.

MARY RODRIGUES



“APÓS dois anos de governação da coligação de direita, em que se assistiu a uma estagnação geral, Portugal começa finalmente a dar os primeiros passos para o crescimento”, afirma a Federação do PS/Porto, num documento divulgado na ocasião, na sua sede, lembrando de seguida que quando o Executivo chefiado por José Sócrates entrou em funções, a economia nacional tinha recuado 0,1 por cento.

“Actualmente o país está a crescer 2,1 por cento – o maior crescimento desde 2002 –, regista a estrutura federativa portuense, para de seguida reconhecer “que ainda se vive um processo difícil e longo de ajustamento estrutural numa região e num distrito com um perfil competitivo muito exposto à competição internacional”.

Mas, “apesar do verdadeiro tsunami sentido pela economia da região nos últimos anos, a verdade das estatísticas revela uma capacidade de sobrevivência e adaptação notáveis”, ressalva, considerando “bem revelador deste sinal positivo” a implementação, no âmbito do Plano Tecnológico, da medida “Empresa na Hora”, que veio “libertar a energia existente no tecido socioeconómico, através da simplificação de processos morosos e burocráticos”.

“Entre Julho de 2005 e Abril 2007, só no distrito do Porto foram criadas 4 mil empresas na hora, representando 16 por cento de todas as empresas na hora criadas em Portugal”, destacam os socialistas portuenses, para quem, em diversas ocasiões do passado recente, o Estado e o poder político não souberam compreender bem a região nem o distrito, tendo-se gerado por isso “conflitos estéreis e desperdício de sinergias”.

Segundo o PS/Porto, é bom lembrar como havia um sentido estratégico metropolitano quando os socialistas lideraram a região e o distrito, sendo o projecto do Metro “o melhor exemplo

dessa visão estratégica”.

“Com a eleição de José Sócrates e o assumir da agenda mais reformista da história democrática de Portugal, a região e o distrito do Porto encontraram novamente um líder que se identifica com as causas do Norte”, afirmam os camaradas portuenses, que revestem ainda de crucial importância a coragem demonstrada pelo Governo do PS ao despoletar o processo de reorganização da administração central, “optimizando-a e ajustando-a nomeadamente às Regiões NUT2, e dando assim, “o mais claro sinal de visão estratégica para o futuro”.

No documento divulgado pela Federação do Porto frisa-se também não ser obra do acaso o facto de a região e o distrito assistirem actualmente a “um período de ouro no volume de investimentos” ao nível das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e informáticas, aspecto que os socialistas consideram “decisivo para a mobilidade e qualidade de vida dos cidadãos, bem como para a competitividade das empresas”.

Nova esperança com a mudança de ciclo político

Ao recordar que um estudo internacional recente comparou o Porto com várias áreas metropolitanas europeias, destacando que a região portuguesa compete com as suas congéneres de Bilbao e Sevilha (Espanha), Dublin (Irlanda), Zurique (Suíça) e Helsínquia (Finlândia) em vários indicadores associados a infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias, os camaradas do PS/Porto descrevem a situação ao nível das acessibilidades e transportes como “invejável”, embora “muitas vezes ignorada por alguns pseudo-líderes regionais, que não se conseguem libertar de uma visão centrada nos seus próprios problemas”.

Apesar deste diagnóstico positivo, os socialistas portuenses saú-

dam o facto do Governo do PS, desde 2005, continuar a reafirmar o seu compromisso com um plano de investimentos para o distrito na área da mobilidade que ronda os 2.160 milhões de euros, beneficiando com este investimento na modernização muitos sectores económicos, nomeadamente o turismo, com o novo Terminal de Cruzeiros e o novo Aeroporto do Porto.

Também na saúde, na segurança social, na educação, no ensino superior, na segurança dos cidadãos, no ambiente, no ordenamento do território e na justiça, entre outras áreas, o Executivo de José Sócrates está apostado em desenvolver um significativo apoio financeiro que, segundo a Federação do Porto, ascende ao montante global de 690 milhões de euros.

“Não podemos esquecer que a agenda reformista do Governo já hoje tem exemplos claros”, alertam os camaradas portuenses, recordando a decisão de instalar em Braga o Instituto Ibérico de Nanotecnologias e o apoio do Executivo à criação do I3S – um Laboratório de Investigação na área da Saúde e Biomédicas no Porto, que resultará da fusão do IPATIMUP, do INEB e do IBMC.

Além disto, a Federação do Porto salienta que só o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) tem previsto para o período de 2007 a 2013 um valor para a região Norte que rondará os 8700 milhões de euros, o que representa 40 por cento de todo o investimento do quadro comunitário de apoio, frisando contudo que a qualidade das intervenções “depende em elevado grau do sector privado”, pelo que considera “decisivo que os parceiros privados consigam focalizar as suas energias em projectos de dimensão e alcance estrutural e estratégico, o que é pouco compatível com egoísmos de base municipal e lógicas sectoriais de fuga às rupturas de modelo de desenvolvimento”.

OPINIÃO



FERNANDO PEIXINHO

Uma cultura de responsabilidade social associada a uma cultura de empreendedorismo e risco deve vir associada a programas que fomentem o aparecimento de empresas que promovam o resultado da investigação aplicada ou, até mesmo, de produtos e serviços inovadores

DA ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA AO CRESCIMENTO ECONÓMICO

EM POLÍTICA é sempre útil medir o desempenho em função de referenciais precisos e de compreensão objectiva. O quadro económico-financeiro em que o Governo de José Sócrates encontrou o país, em Março de 2005, apresentava um défice orçamental em torno dos 7 por cento e um crescimento económico negativo ou nulo. E, em menos de dois anos e meio, o défice orçamental está abaixo dos 3 por cento (o tal número mágico que levou à mais colossal manipulação das contas nos governos do PSD-CDS) e a economia está a crescer a uma taxa de 2 por cento ao ano. Poder-se-á dizer que é pouco e que não é suficiente para afirmarmos uma trajectória de convergência com a Europa mas, não sendo a economia uma actividade que reaja a estímulos com resultados imediatos, sobretudo quando se está em fase de câmbio do modelo de crescimento, temos de convir que fazer melhor não seria seguramente nada fácil.

Chegados a este patamar o que falta então fazer? Provavelmente o mais difícil e demorado.

Em primeiro lugar, a estratégia de crescimento suportada nas exportações tem de mobilizar a capacidade inovadora dos portugueses a um nível que envolva universidades, institutos politécnicos e empresas. O proverbial isolamento das instituições de ensino superior e a sua desresponsabilização perante um orçamento que sustenta um determinado tipo de “establishment” não pode manter-se. As universidades e os institutos têm de criar valor para a sociedade e, da sua actividade, tem de ser feito um balanço para avaliar os ganhos e os custos. Não adianta fazer teses e mais teses de doutoramento ou mestrado se não servirem para acrescentar valor à comunidade onde todos nos integramos. Por isso, a responsabilização pela despesa tem de ser assumida por uma plataforma que envolva as empresas e as instituições de investigação, mesmo que o financiamento seja inteiramente público. E daí que uma cultura de responsabilidade social associada a uma cultura de empreendedorismo e risco deva vir associada a programas que fomentem o aparecimento de empresas que promovam o resultado da investigação aplicada ou, até mesmo, de produtos e serviços inovadores.

O país tem recursos endógenos a que podem ser acrescentados componentes de valor que satisfaçam os objectivos de competitividade para concorrer no mercado global. A oferta de bens sujeitos a uma significativa incorporação de valor coloca a nossa economia numa posição privilegiada para o crescimento económico. É precisamente nessa plataforma que deverá situar-se o próximo quadro de referência estratégica, cujo objectivo de fundo deve ser apoiar fortemente a capacidade inovadora enquanto instrumento gerador de maior competitividade e valor. Para tanto, há necessidade de qualificar as políticas de formação profissional, as políticas de apoio a empresas de base tecnológica e, particularmente, as pequenas e médias empresas que mostrem ser capazes de, nas diferentes fileiras em que podemos alcançar vantagens competitivas, promover processos de reestruturação e modernização que as levem a ser organizações autónomas, com capacidade de autofinanciamento e de elevado potencial económico.

Este é, pois, um dos desafios mais importantes do governo, que deve mobilizar ministros e secretários de Estado para fomentar, junto dos agentes económicos e de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento estratégico, o aproveitamento da última oportunidade concedida pelos fundos estruturais.

OPINIÃO



HORTENSE MARTINS
Deputada do PS

Sabemos que ficará no mercado quem apostar na qualidade, na competitividade, e no investimento em constante inovação

A INDÚSTRIA TÊXTIL E VESTUÁRIO TEM FUTURO!

RECENTEMENTE num colóquio organizado na Assembleia da República sobre os desafios para a competitividade do sector têxtil e do vestuário, ficou claro que temos que nos concentrar todos, naquilo que temos ainda que fazer para alcançar o designio que nos propomos, e que sem dúvida é reforçar a em Portugal, vencendo os desafios que a globalização nos trouxe.

Todas as intervenções realçaram o facto da Indústria Têxtil e Vestuário (ITV) ter futuro na Europa e em Portugal. Uns mais optimistas, outros mais pessimistas, mas a verdade é que ouvimos falar dos desafios e da forma de os ultrapassar, o que é extremamente positivo.

Este colóquio veio culminar um trabalho que iniciámos em 2005, aquando da constituição do Grupo de Trabalho do Sector Têxtil (GT), no âmbito da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, que tive o prazer de integrar.

Foi um trabalho gratificante, porque penso que participámos activamente na reflexão sobre este importante sector, e sinto mesmo que contribuímos para ajudar a alterar a maneira como se olhava para esta indústria. Normalmente era vista como desqualificada, sem futuro, e costumava ser notícia apenas por motivos negativos.

Penso, que todos nós, Assembleia da República, políticos, agentes do sector e mesmo comunicação social, temos que assumir a responsabilidade das intervenções que fazemos, porque essas intervenções têm um impacto muito sério na imagem do sector, ao nível concreto. Afecta, por exemplo, os "spreads", que os bancos cobram às empresas deste sector, e afastam dele altos quadros, diminuindo mesmo o interesse dos jovens pelos cursos nestas áreas, o que é muito negativo.

E há algo que é pouco apreendido, mas que é de extrema importância, que é o facto do sector da ITV ser um sector muito diversificado!

Na verdade, sabemos que existem empresas em vários estádios:

Empresas que estão hoje na linha da frente em termos de modernidade, que investem fortemente na inovação, e desenvolvimento e que nalguns casos atingiram o domínio das cadeias de distribuição. Que se posicionam em segmentos de alto valor acrescentado, e embora em menor número, devem servir de exemplo de boas práticas.

Empresas, que fizeram significativos progressos em processos e produto, mas que ainda estão muito sujeitas às oscilações do comercio internacional, porque ainda não dominam a cadeia de distribuição

E por último, e em maior número, empresas que ainda estão numa situação de debilidade, porque estão num segmento onde ainda produzem a feito, ou em regime de subcontratação, e que são sobretudo micro e pequenas empresas.

Estas empresas têm que ser incentivadas a passar deste grupo para o segundo e daí para o primeiro.

- Verificámos que a ITV apesar de ser usualmente designada por sector tradicional, tem núcleos de excelência e revela capacidade para competir
- Que a globalização é um processo irreversível, e está aí. Quer queiramos quer não.
- Que a ITV tem demonstrado grande capacidade de adaptação, o que aliás já se revela nos números:
 - "os últimos dados do INE, e que estão a suscitar a curiosidade dos analistas, é que no primeiro trimestre do ano o volume de negócios do sector têxtil cresceu 2,3 por cento face a 2006. Tal ainda não tem reflexos no emprego, e é uma subida sustentada sobretudo nas exportações; mas já são sinais de recuperação"
 - Também as estatísticas preliminares do Comércio Internacional mostram que, de Janeiro a Abril deste ano, as exportações da ITV ascenderam a 1374 milhões de euros, o que representa um crescimento de 1,2 por cento face ao mesmo período do

ano passado. Portanto, temos aqui alguma inversão de tendência, pois sofreram fortes quedas durante os últimos anos

- A ITV tem demonstrado grande capacidade de adaptação, e apesar de já ter sido vaticinada muitas vezes a sua morte, ela ainda não aconteceu. E está mesmo a revelar uma capacidade de transformação de uma actividade tradicional para uma industria de maior valor acrescentado.
- Aliás, a indústria quer dar o salto que lhe permita subir na cadeia de valor, e é o que está a fazer através da melhoria de produtos, processos e mesmo formas de gestão. São exemplo, o segmento dos chamados têxteis técnicos, com inúmeros casos de sucesso.
- Temos que saber combinar as nossas forças e recursos de forma eficiente

Através do trabalho desenvolvido, ao longo destes quase dois anos, o GT teve oportunidade de contactar com experiências de empresas que têm sucesso pelos mais variados motivos, o que aliás foi muito enriquecedor e gratificante.

Empresas familiares, que conseguiram alterar por completo a sua estrutura e posicionamento, e que hoje são um caso de sucesso. Empresas que são novas, que surgiram em determinados nichos de mercado, e que são um caso de sucesso. Empresas que já existem desde a década de 40, que se situam em regiões do interior, e no segmento do vestuário, e que ainda cá estão, e são também um caso de sucesso.

Sabemos que ficará no mercado quem apostar na qualidade, na competitividade, e no investimento em constante inovação.

Uma outra conclusão, é que a Europa e Portugal já não podem competir em baixos salários, ou ignorando preocupações ambientais.

Comungamos da perspectiva, que face à concorrência dura que aí está, o único caminho é investirmos na qualificação dos recursos humanos, para que estes estejam mais adaptados aos novos modelos em desenvolvimento, e que estejam mais bem preparados para lhes fazer face.

É fundamental que os sectores privado e público se apoiem mutuamente no sentido de um trabalho em conjunto mais profícuo

É necessário que os agentes no sector, aos mais diversos níveis, percebam que têm que ser encontradas formas de protecção social mais efectivas, sem se cair na armadilha de sistemas que efectivamente já não os protegem.

Aliás, o sector, quanto a isso, também demonstrou que está no caminho certo, porquanto conseguiu alcançar um acordo histórico ao nível da contratação colectiva.

Importa ainda realçar que a China é também um factor de crescimento, via exportações, e que além de ser a "fabrica do mundo" também pode ser um dos mercados mais importantes do mundo.

Como Vitor Constâncio disse recentemente, é inequívoco que a economia portuguesa apresenta sinais de viragem e "que está a ter alterações estruturais, quer na composição do sector produtivo, quer devido às reformas que estão em curso".

Sem dúvida, "temos o grande desafio de melhorar a competitividade da nossa economia"

Sabemos que o Estado não é o único detentor da solução, e que os ganhos de competitividade têm que ser obtidos actuando aos diversos níveis que aqui foram falados.

Desta vez, sentimos que os agentes do sector, parecem todos falar a mesma linguagem: os sindicatos, as universidades e politécnicos, e as empresas, e julgamos que também os partidos políticos, através das 22 recomendações que aprovámos por unanimidade.

Acreditamos que a ITV tem Futuro, e que num mundo em constante mudança, saberemos fazer as mudanças necessárias e adaptarmo-nos às novas exigências. Estamos de acordo com a perspectiva do Grupo de Alto Nível que projecta para 2020 a imagem de uma ITV forte, flexível, que se adaptou aos desafios e oportunidades de uma economia globalizada.

Deputados socialistas visitam concelho de Valongo



Na sequência das políticas delineadas e executadas pelo Governo, através do Ministério da Saúde, o concelho de Valongo experimenta actualmente uma "evolução positiva neste sector". Esta a conclusão central de um debate promovido pela Concelhia do PS/Valongo, em conjunto com a Secção Sectorial da Saúde da Federação Distrital do Porto, por ocasião da visita de uma delegação parlamentar socialista ao concelho.

DEPUTADOS, profissionais ligados a esta e outras áreas governativas, bem como os dirigentes da Concelhia e da Secção Sectorial contribuíram, nesta discussão coordenada pelo deputado Manuel Pizarro, para a consciencialização dos progressos alcançados num dos sectores que representa o maior peso do Estado na sociedade.

Assim, verificou-se que, entre 2005 e 2006, o hospital local duplicou o número de cirurgias e teve aumentos de todos os índices de produção.

Além disto, os valonguenses beneficiaram das vantagens decorrentes da entrada em funcionamento de três Unidades Familiares de Saúde.

Nesta discussão alargada, que culminou com a intervenção do dirigente federativo Afonso Lobão, salientou-se ainda a importância do apoio do PS/Porto a jornadas políticas e a debates que tornem mais claro para as populações as reformas que o Governo está a promover nas áreas da saúde, educação, trabalho e segurança social, não deixando de solicitar aos deputados o seu empenhamento junto da Administração Regional de Saúde para que esta promova a melhoria das instalações do Centro de Saúde de Campo.

Antes deste encontro, a delegação parlamentar socialista realizou uma visita ao concelho, na qual foi possível fazer-se um ponto da situação nas questões relativas não só à saúde, mas também à solidariedade social, ambiente e associativismo.

No âmbito desta iniciativa, os deputados, acompanhados pelo presidente da Federação do PS/Porto, camarada Renato Sampaio, e pelo coordenador dos deputados eleitos pelo círculo portuense, Fernando Jesus, deslocaram-se

à sede dos Bombeiros Voluntários, onde puderam observar o esforço que aí se vem desenvolvendo com vista a dotar esta corporação de meios que respondam rapidamente às necessidades quotidianas de um concelho que apresenta problemas múltiplos.

Depois seguiu-se uma visita à Serra de Santa Justa, que permitiu constatar o estado de degradação em que se encontra esta área, motivando, por isso, o reforço de uma já manifesta exigência dos socialistas de Valongo no sentido de se proceder a uma "intervenção urgente", nomeadamente ao nível da reflorestação.

Num comunicado divulgado pela Comissão Política Concelhia de Valongo, frisa-se, para além disto, que deve ser encontrada ainda "uma figura jurídica que, envolvendo a Câmara Municipal, permita cuidar daquele pulmão verde" da região.

Já no cimo da serra, em pleno sítio da Rede Natura 2000, os deputados do PS reiteraram a necessidade da criação, no local, de uma verdadeira área protegida.

Segundo Renato Sampaio, "trata-se de uma proposta com aspirações de há vários anos" e já por diversas vezes apresentada na Assembleia da República.

"As autarquias e as comunidades locais devem ter mais iniciativas nas áreas protegidas. Preservar a natureza com legislação externa, sem a participação crucial da população e das entidades que gerem o concelho, seria prejudicial tanto para a serra da Santa Justa, como para outras áreas", afirmou Sampaio.

Neste ponto, todos os deputados concluíram que o Governo, através do ICN, deverá sensibilizar as várias câmaras que fazem fronteira com a Serra da Santa Justa, promovendo o diálogo, em prol de um correcto ordenamento do território e a da sua protecção.

Em Alfena, a delegação parlamentar verificou o trabalho desenvolvido pelo Atlético Clube Alfenense junto das camadas jovens da vila, constatando que são precisos apoios para a colocação de um relvado sintético que permita aumentar a capacidade de resposta do clube aos inúmeros utentes.

A terminar a visita a Valongo, os deputados socialistas deslocaram-se às obras de construção da extensão do Centro de Saúde de Ermesinde/Alfena e aos equipamentos sociais do Centro Social e Paroquial de Sobrado. **M.R.**

Pinho diz que região deve apostar no turismo de qualidade e excelência

“ALLGARVE”

OS AGENTES económicos do Algarve devem apostar num turismo de “qualidade” e “excelência”, defendeu o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, durante o lançamento do programa promocional “Allgarve”.

O ministro referiu que o sector do turismo vive “o melhor momento de sempre, melhor mesmo que em 2004 com o Campeonato Europeu de Futebol e que o ano da Expo-98”, pelo que 2007 deve ser considerado o ano-base “para lançar um futuro com mais ambição”.

Salientando que os turistas que interessa atrair para o Algarve são de classe média alta e alta, Manuel Pinho lançou um desafio aos agentes económicos da região do Algarve: “Não podemos ficar satisfeitos com o que temos, é preciso continuar a investir, em equipamentos de qualidade, em requalificação das praias e do património e na formação dos recursos humanos”.

Os anos de 2000 até 2004 foram recordados por Manuel Pinho como momentos trágicos, “que não podem repetir-se”, referindo que esta crise só teve a vantagem de “dar a perceber que algo tinha que mudar” no sector do turismo.

“Temos de continuar a investir



na excelência para não voltarmos a esses tempos de crise, num momento em que temos resultados excelentes, e só no primeiro quadrimestre deste ano as receitas globais do turismo cresceram 13 por cento”, afirmou perante os agentes políticos e económicos do Algarve.

Segundo Manuel Pinho, o futuro do Algarve está traçado e “tem de ser o do turismo de grande qualidade, de excelência”, rejeitando por completo o “turismo de massas”.

Para sublinhar essa aposta na qualidade, Manuel Pinho e o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, apresentaram um filme

sobre oito grandes investimentos turísticos, sete deles de cinco estrelas, cuja conclusão está prevista para os próximos dois anos.

Estes projectos estão em fase de implementação, totalizando 1400 milhões de euros com a capacidade para gerar cerca de 6 mil postos de trabalho.

Estes empreendimentos permitirão ao Algarve duplicar a sua oferta de cinco estrelas até 2010, dando cobertura a uma das grandes apostas de oferta turística na região, que é o golfe, que tem actualmente 34 campos a serem explorados, cinco em construção e 39 projectos para novos campos.

OPINIÃO



BRAVO NICO
Deputado do PS

A aprovação desta lei representou uma grande vitória de todos os que ambicionam um ensino superior mais moderno, mais aberto ao mundo e mais sensível à realidade social, económica e cultural do país

UM NOVO DESÍGNIO PARA O ENSINO SUPERIOR: MODERNIZAR PORTUGAL

A LEI que estabelecerá o novo Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior é a mais fundamental e estruturante peça legislativa no processo de reforma e modernização do sistema de ensino superior português.

A aprovação desta lei representou uma grande vitória de todos os que ambicionam um ensino superior mais moderno, mais aberto ao mundo e mais sensível à realidade social, económica e cultural do país e foi, definitivamente, uma profunda derrota dos pensamentos e das práticas mais conservadoras e retrógradas, de que a oposição à nossa direita e à nossa esquerda foi mandatária em todo o processo negocial. E foi uma derrota solitária, atendendo ao crescente isolamento a que a oposição foi ficando remetida, à medida que a proposta de lei do Governo foi sendo enriquecida com o contributo dos principais parceiros envolvidos, destacando-se aqui o trabalho extraordinário do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Com esta lei cumprem-se sete desígnios fundamentais:

Em primeiro lugar, a promoção de uma oportunidade, extraordinária e sem precedentes, para que todas as instituições de ensino superior contribuam, de uma forma mais eficaz e determinante, para a afirmação de Portugal no contexto europeu e global do ensino superior e para a consolidação definitiva de um modelo de desenvolvimento económico, social e humano que assuma o conhecimento e a tecnologia como infra-estruturas essenciais.

Em segundo lugar, o incremento da autonomia das instituições – a nível científico, pedagógico, cultural, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar – tendo, como contrapartida, a exigência de maior responsabilidade, rigor e capacidade de decisão aos seus responsáveis.

Em terceiro lugar, ao revogar sete diplomas legais, a lei agora aprovada consagra, pela primeira vez na história do ensino superior português, uma verdadeira igualdade de circunstâncias – em termos de exigência de responsabilidades e observância de requisitos de qualidade – para todas as instituições do ensino superior: as universitárias e as politécnicas; as públicas, as privadas e as concordatárias.

Em quarto lugar, a abertura das instituições de ensino superior à vida social, cultural e económica da sociedade de que fazem parte, através da participação de personalidades externas no Conselho Geral.

Em quinto lugar, o aumento da quantidade e da qualidade dos instrumentos de promoção da Igualdade de Oportunidades para os estudantes do ensino superior, por forma a que nenhum português seja excluído do sistema de ensino superior por incapacidade financeira e para que o mérito seja o único critério de distinção académica.

Em sexto lugar, o reforço da especialização do sistema binário, clarificando, finalmente, a natureza e missão das universidades e dos institutos politécnicos.

Em sétimo lugar, o aumento da escala institucional, com concentração de massa crítica, e da liberdade na definição dos sistemas de governo, que são, como sabemos, condições indispensáveis para uma participação mais determinante no desenvolvimento do país e uma presença mais qualificada nas redes europeia e mundial de ciência e de formação graduada.

Este é, em síntese, um Regime Jurídico que, cumprindo o compromisso eleitoral do Partido Socialista e o Programa do Governo, serve os interesses do país e dos portugueses.

É por todas estas razões que o Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente a proposta de lei e, com esta decisão, contribuiu para que Portugal tenha cada vez mais orgulho do seu ensino superior, na certeza de que as respectivas instituições continuarão a ser referências incontornáveis na construção do conhecimento, da cultura, da democracia, da cidadania e da liberdade.

Aprovado novo regime de vínculos, carreiras e remunerações da Função Pública

DEPOIS de uma negociação de seis meses entre o Governo e os sindicatos, a Assembleia da República aprovou na generalidade a proposta de lei relativa ao novo regime de vínculos, carreiras e remunerações da Função Pública, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do PS.

Recorde-se que o referido diploma, que vai ser agora discutido na especialidade, na respectiva comissão parlamentar, prevê apenas duas modalidades de vinculação – a nomeação e o contrato de trabalho em funções públicas –, estando prevista a sua entrada em vigor para o início de 2008.



Festa de Verão do PS/Vila Real

UM DISCURSO otimista sobre a evolução da economia portuguesa, que registou um crescimento de 2 por cento no primeiro trimestre, acima das previsões do Governo, marcou a intervenção do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, na já tradicional Festa de Verão do PS Vila Real, que este ano reuniu largas centenas de militantes e simpatizantes na barragem da Falperra, em Vila

Pouca de Aguiar.

Por sua vez, o presidente da Federação de Vila Real, Rui Santos, falou da acção do Governo com incidência no distrito, desde a conclusão da A24, sem portagens, até às medidas de carácter social, concluindo que “há menos razões para lamúrias, já que as condições para competir em pé de igualdade com as outras regiões começam a ser visíveis”.

Para Rui Santos, o facto do

PSD estar calado no distrito “é sinónimo que o PS está a caminhar no bom sentido, realizando no concreto o que eles durante 30 anos maioritários no distrito foram incapazes de fazer”.

Esta Festa de Verão serviu ainda para homenagear com medalhas de ouro todos os presidentes da Federação, ao longo dos últimos 30 anos, assim como os ex-presidentes de Câmara eleitos, no distrito, pelo PS.

RUI SOLHEIRO, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

“Nova Lei das Finanças Locais veio trazer mais rigor e transparência”

Rui Solheiro faz um balanço “globalmente positivo” da acção do Governo em relação ao distrito e pede “uma total solidariedade” dos militantes com José Sócrates “neste esforço de modernização do país”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Federação de Viana do Castelo fala do “excelente desempenho” dos autarcas do PS no distrito, considera que a nova Lei das Finanças Locais veio trazer “mais rigor e transparência” à gestão autárquica e destaca a “forte participação” das mulheres nos órgãos federativos e na vida do partido.

J.C. CASTELO BRANCO

Quais as principais realizações promovidas nos últimos meses pela Federação?

Temos privilegiado as reuniões gerais de militantes, destacando plenários com a participação de dirigentes nacionais. Realizámos um encontro distrital sobre educação e organizámos uma convenção autárquica distrital.

Quais as iniciativas que estão em agenda a curto prazo?

A realização de um encontro distrital sobre o estado da saúde no distrito será a próxima iniciativa que pretende envolver todos os militantes.

De que forma é que se tem processado a renovação dos órgãos federativos?

Tem decorrido com normalidade, destacando uma forte participação das mulheres nos órgãos e na vida do partido.

Como são as relações entre a JS e as Mulheres Socialistas?

De forte cooperação, particularmente com as Mulheres Socialistas.

Como é que a Federação apoia a actividade das secções e concelhias?

Com apoio técnico a nível de organização financeira e total disponibilidade para o trabalho político local e regional.

Quais são, no seu entender, os principais problemas do distrito de Viana do Castelo?

O envelhecimento da população, a mão-de-obra pouco qualificada e falta de um tecido empresarial forte que, produzindo riqueza, crie emprego para ajudar a fixar a população.

Na sua qualidade de autarca, o que pensa da nova Lei das Finanças Locais?

A nova Lei das Finanças Locais veio trazer mais rigor e transparência à gestão autárquica. Discordo dos critérios de distribuição das transferências do Orçamento de Estado porque vai acentuar o desequilíbrio no desenvolvimento do país, penalizando a maioria dos pequenos municípios.

Como vê o trabalho desenvolvido pelos nossos autarcas no distrito?

O PS tem um enorme peso autárquico no distrito (sete em dez câmaras são socialistas) e naturalmente que tal só é possível pelo excelente desempenho dos nossos autarcas.

De que forma a Federação está a preparar com os nossos eleitos no poder local as eleições autárquicas de 2009?

Com diálogo permanente com os responsáveis locais. A realização, em Maio, da convenção autárquica já se inseriu nesse processo, com o objectivo de consolidar, e, se possível, reforçar a implantação autárquica do PS no distrito.

Que análise faz da acção do Governo em relação ao distrito?

Globalmente positivo. Destaco



a importância do comboio de Alta Velocidade Porto/Vigo prever uma paragem para passageiros e mercadorias na região.

Considero ainda que a criação de uma plataforma logística junto à fronteira de Valença, em complementaridade com a plata-

forma, já em construção, do lado galego, terá um impacto enorme no desenvolvimento económico da região.

Na política de acessibilidades urge dar cumprimento à adiada promessa de um acesso condigno a Paredes de Coura que, embora

sendo o centro geográfico do distrito, é o município pior servido nesta matéria.

Que balanço faz dos dois anos do Governo do PS e do desempenho do primeiro-ministro?

Locais "Transparência"



Grande desempenho do primeiro-ministro, com enorme coragem e determinação na implementação das reformas que o Governo está a levar a cabo.

Faço votos para que, na segunda parte do mandato, o Governo venha a ter condições para pros-

seguir uma política de maior solidariedade social.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes de Viana de Castelo?

O momento não é fácil para o país e, obviamente, para o PS como

partido responsável pelo Governo de Portugal. Impõe-se, mais do que nunca, uma total solidariedade com o secretário-geral e primeiro-ministro, José Sócrates, neste esforço de modernização do país, com a certeza de que caminhamos no sentido de uma sociedade mais justa e solidária.

“A realização de um encontro sobre o estado da saúde no distrito será a próxima iniciativa que pretende envolver todos os militantes”

“O PS tem um enorme peso autárquico no distrito (sete em dez câmaras são socialistas) e naturalmente que tal só é possível pelo excelente desempenho dos nossos autarcas”

“A criação de uma plataforma logística junto à fronteira de Valença, em complementaridade com a plataforma, já em construção, do lado galego, terá um impacto enorme no desenvolvimento económico da região”

“Faço votos para que, na segunda parte do mandato, o Governo venha a ter condições para prosseguir uma política de maior solidariedade social”



O PS EM VIANA DO CASTELO

FEDERAÇÃO

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente

António Rui Esteves Solheiro

José Joaquim Pita Guerreiro
 António Pereira Júnior
 António Vassalo Abreu
 José Emílio Pedreira Moreira
 José Manuel Vaz Carpinteira
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
 Fernando Pereira Cabodeira
 Maria Luísa Dias Gomes
 António Alberto Lebrão Martins Esteves
 João Fernando Brito Nogueira
 Adolfo Dantas Pereira
 Fernando Pereira Rodrigues
 Jorge Manuel Viana da Silva
 Augusto Henrique Oliveira Domingues
 Dora Maria Abreu Brandão Machado Cruz
 Maria da Conceição Cunha Aragão Soares
 Maximiano José Calheiros Gonçalves
 Lucinda Rosa Matos Araújo
 José António Junqueiro Vilas Ribeiro
 José Augusto Amorim Oliveira
 Árias António Gonçalves
 Sandra Maria Pereira Pontedeira
 Paulo Jorge Peixoto Pimenta
 António Montenegro Cunha Fiúza
 Maria da Luz Sousa Dantas
 Catarina Aurora Rodrigues Mira
 Ana Rosa Alves Barros
 Joaquim Felgueiras Lopes
 Artur José Rodrigues
 Cândido Magalhães Malheiro
 Eduardo Daniel Esteves Cerqueira
 Raul Augusto Peres Leiro Gonçalves
 Ana Margarida R.C. Martins Pinto
 Maria João Vassalo Abreu
 Maria Noémia A. P. Barbosa
 José Carlos Amorim Amaral
 António Pereira Maciel

José Maria da Cunha Costa
 Maria Flora M. S. Passos Silva
 José Carlos Coelho Resende da Silva
 Luís Manuel Miranda Palma
 Manuel Pinto Costa
 Maria Adelaide Vieira Louzinha
 Joaquim Luís Nobre Pereira
 Rogério Ramiro Silva Barreto
 Sónia Isabel Pereira Azevedo Moraes
 José Emílio da Rocha Antunes Viana
 José Augusto Ribeiro dos Reis
 Paula Ninotcheka Marques

PRESIDENTES DAS COMISSÕES POLÍTICAS CONCELHIAS

José Pedro Oliveira Gomes
Arcos de Valdevez

Jorge Manuel Capela Gonçalves
Caminha

Jorge Manuel Viana da Silva
Ponte de Lima

Alberto Cerqueira Pereira Lima
Monção

Fernando Monteiro Matias
Vila Nova de Cerveira

Adolfo Dantas Ferreira
Ponte da Barca

Maria Luísa Dias Gomes
Melgaço

Fernando Pereira Rodrigues
Valença

José Maria da Cunha Costa
Viana do Castelo

António Alberto Lebrão M. Esteves
Paredes de Coura

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Manuel Joaquim Gonçalves Pereira
 Fernando José Pires Venade
 Ivone Rocha Monteiro
 José Manuel Vieira Ribeiro

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

Manuel António Martins Alves
 Cândido Pires Morgado
 Manuel Carlos Falcão Gonçalves
 Rui Manuel Sousa Esteves
 Maria de Fátima Oliveira Pimenta

DEPUTADOS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Rosalina Maria Barbosa Martins
 Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
 Fátima Oliveira Pimenta

DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS

Presidente
 Fátima Pimenta
 Viana do Castelo

Secretariado

Conceição Soares
 Monção
 Luísa Gomes
 Melgaço
 Fátima Gandarela
 Ponte de Lima
 Manuela Ferreira
 Vila Nova de Cerveira

Conselho Consultivo

Conceição Soares
 Monção
 Luísa Gomes
 Melgaço
 Sílvia Silva
 Viana do Castelo
 Ana Pereira
 Arcos de Valdevez
 Manuela Ferreira
 V. N. Cerveira
 Fátima Gandarela
 Ponte de Lima
 Ivone Monteiro
 Caminha
 Ana Margarida Pinto
 Valença
 Maria da Luz Dantas
 Paredes de Coura
 Idalina Lima
 V. Praia de Âncora
 Sónia Morães
 Viana do Castelo
 Vera Ribeiro
 Viana do Castelo
 Fernanda Cerdeira
 Melgaço
 Cristina Bacelar
 Ponte da Barca
 Sandra Pontedeira
 V. N. Cerveira
 Paula Barros
 Valença
 Teresa Campos
 Monção
 Dora Cruz
 Arcos de Valdevez
 Susana Oliveira
 Viana do Castelo
 Sónia Durrães
 Melgaço
 Maria do Carmo Duarte
 Valença
 Eugénia Sousa
 Viana do Castelo
 Olinda Pereira
 Viana do Castelo
 Maria Augusta Ribeiro
 Viana do Castelo



Rui Vieira defende acordo global mais ambicioso que Quioto

ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

JC. CASTELO BRANCO

AS ALTERAÇÕES climáticas são “o problema ambiental global mais marcante e o de mais vastas implicações sociais e económicas com que a humanidade alguma vez se confrontou”, afirmou o deputado do PS Rui Vieira no plenário da 116ª Assembleia da União Interparlamentar, em Nusa Dua, Bali, Indonésia, sustentando ser necessário que os dirigentes políticos mundiais consigam lançar as bases sólidas para um acordo global para o pós-2012 com “objectivos mais ambiciosos e abrangentes” do que os do protocolo de Quioto.

A delegação parlamentar da Assembleia da República a esta reunião, em que estiveram presentes representantes dos parlamentos de 111 países, foi chefiada por Rui Vieira, e integrou ainda os deputados socialistas Rosa Maria Albernaz, Leonor Coutinho e Miguel Ginestal.

Intervindo no plenário da Assembleia cujo tema central foi “O aquecimento global: dez anos depois de Quioto”, o presidente da delegação parlamentar de Portugal disse que “se deixarmos a espiral das mudanças climáticas sair fora de controlo, a humanidade pagará uma factura enorme”, avaliada segundo o relatório de “Sir” Nicholas Stern, em 20 por cento do PIB global a longo prazo, “o que significaria a ruína das nossas economias”, enquanto, ao invés, “os custos de uma redução significativa de gases de efeitos de estufa



se quedarão em um por cento do PIB global até 2050”.

Neste contexto, adiantou, os 27 países da UE comprometeram-se a reduzir as suas emissões entre 60 a 80 por cento, em relação a 1990, sendo que fora de qualquer acordo negocial assumiram o compromisso “firme e independente” de alcançar até 2020 o mínimo de 20 por cento de emissões, podendo este objectivo passar a 30 por cento, desde que os outros países desenvolvidos se comprometam a atingir reduções de emissões comparáveis e os países em desenvolvimento, economicamente mais avançados, contribuam de acordo com as suas responsabilidades.

O deputado do PS salientou que Portugal terá “especiais responsabilidades” neste processo, pois caber-lhe-á, no âmbito da presidência da União Europeia, “conduzir a negociação comunitária” durante a XIII Conferência das Partes à Convenção-Quadro das Nações

Unidas sobre alterações climáticas, em Bali, de 3 a 14 de Dezembro próximo, “onde se prevê que venha ser definido o ‘roadmap’ para um novo regime climático pós-Quito”.

Rui Vieira disse ainda esperar que os dirigentes mundiais “estejam à altura das enormes responsabilidades” que uma tal questão envolve e “consigam lançar as bases sólidas para um acordo global” relativamente às acções pós-2012 que tenha em vista que o aquecimento global não deve exceder 2º centígrados acima da temperatura pré-industrial, “porque sabemos que as mudanças climáticas serão muito perigosas a partir deste limiar”.

De salientar ainda que na reunião do grupo geopolítico foi proposto o nome da deputada socialista Rosa Maria Albernaz para ocupar o lugar de vice-presidente da Comissão Democracia e Direitos Humanos.

PS/Bobadela debateu a UE e a presidência portuguesa

“SE a presidência portuguesa da União Europeia (UE) correr bem, nomeadamente no que respeita à questão do Tratado, isso prestigiará o nosso país e terá também repercussões no dia-a-dia dos cidadãos”, afirmou a eurodeputada socialista Edite Estrela, na primeira sessão temática de um ciclo de debates sobre a “União Europeia e a presidência portuguesa” que a Secção da Bobadela irá realizar até ao final do ano.

Na sua intervenção, a presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu referiu que o alargamento à Croácia “não pode ser feito sem um novo Tratado”, sendo ainda “necessário agilizar a tomada de decisão e falar a uma só voz a nível externo.

Por outro lado, defendeu que “os cidadãos não devem estar distanciados da UE – há que exercer a cidadania”, acrescentando que “a



questão linguística é também um problema, já que existem actualmente 23 línguas oficiais” no espaço da União.

Salientando que a União Europeia se confronta actualmente com problemas de natureza institucional, económica e política, Edite Estrela disse que, apesar das dificuldades, “aquilo que de bom existe é superior e pode ajudar a resolver os problemas”.

Por outro lado, Edite Estrela

elogiou as linhas orientadoras da Estratégia de Lisboa aprovada na presidência portuguesa da UE em 2000, salientando que se este documento “tivesse sido desenvolvido, desde sempre, teríamos certamente menos desemprego e mais qualidade de vida”.

A eurodeputada socialista referiu ainda os problemas estruturais que se colocam à nossa economia, como a falta de qualificação da mão-de-obra e a baixa competitividade, elogiando ainda a acção corajosa do Executivo de José Sócrates, que disse ser quase um “Governo de salvação nacional”.

Com este debate, o PS da Bobadela “inicia um novo rumo, uma nova forma de aproximação com as bases, uma tentativa de trazer o debate político e de políticas para junto dos militantes”, referiu o secretário-coordenador desta estrutura, o camarada Nuno Dias. **J. C. C. B.**

OPINIÃO



ARMANDO FRANÇA
Deputado do PS

Esta articulação e cooperação entre os membros do Governo e os deputados do Partido Socialista em matéria de assuntos europeus, no período desta 2ª sessão legislativa, foi boa e frutuosa e os resultados aí estão naturalmente a aparecer, nomeadamente no que concerne à presidência portuguesa

UM TRABALHO CONSISTENTE E FRUTUOSO

NESTA 2ª sessão legislativa da X Legislatura, a Comissão de Assuntos Europeus (CAE) da Assembleia da República esteve confrontada com dois grandes desafios, a saber:

o primeiro prendia-se com a capacidade da própria Comissão de pôr em prática a nova lei do “acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção europeia”, Lei nº43/2006 de 25 de Agosto que, no ano passado, foi discutida e aprovada (por unanimidade) por iniciativa do Partido Socialista, e que veio trazer, além do mais, uma nova e mais intensa forma de consulta e de articulação entre a AR e o Governo em matéria de Assuntos Europeus; e o segundo grande desafio tinha a ver com a necessidade do grupo parlamentar do PS na CAE e em geral em matéria de assuntos europeus de fazer uma permanente, consistente e sustentada defesa (e apoio, crítico, se fosse o caso) das posições do Governo, no 2º semestre de 2006 aquando da preparação e elaboração do programa da presidência portuguesa (em conjunto com as presidências da Alemanha e da Eslovénia) e durante o 1º semestre de 2007 já na preparação da própria presidência portuguesa.

O saldo deste trabalho e da articulação e concertação com o Governo é francamente positivo. Com efeito, a CAE, durante esta legislatura, reuniu qualquer coisa como 111 vezes em audições, encontros, debates com membros do Governo, com parlamentares europeus, com delegações parlamentares e membros de Governo de outros Estados-membros, de países candidatos à União e de países não europeus, com comissários europeus e entidades e organizações envolvidas no processo europeu. A CAE organizou um ciclo de conferências sobre a temática europeia, que se realizaram em Lisboa, em Aveiro e em Vila Real.

Os deputados do Partido Socialista na CAE participaram de modo activo e com empenho nos trabalhos parlamentares, intervindo quando foi caso disso e elaborando relatórios e pareceres no âmbito do processo legislativo e das iniciativas não legislativas que, desde Setembro de 2006, passaram a ser enviadas regular e sistematicamente pela Comissão Europeia à AR, para acompanhamento e escrutínio.

Ora, todo o intenso e importante trabalho desenvolvido neste período só foi possível porque houve uma frutuosa articulação e cooperação com os membros do Governo que têm responsabilidades nesta área, em especial com: o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o ministro dos Assuntos Parlamentares, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento, o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e o coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico.

Aliás, devo salientar que apesar da intensa actividade do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado e do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Manuel Lobo Antunes e das suas constantes saídas aos Estados-membros para preparar a nossa presidência e no âmbito das nossas responsabilidades na União Europeia, nunca estes deixaram de comparecer no nosso Parlamento para reuniões, debates e as mais variadas iniciativas parlamentares e para reuniões com o grupo parlamentar, bem como nunca deixaram de dar resposta eficaz e atempada à coordenação dos deputados do Grupo Parlamentar na Comissão de Assuntos Europeus.

Esta articulação e cooperação entre os membros do Governo e os deputados do Partido Socialista em matéria de assuntos europeus, no período desta 2ª sessão legislativa, foi boa e frutuosa e os resultados aí estão naturalmente a aparecer, nomeadamente no que concerne à presidência portuguesa.

Estou certo que a próxima sessão legislativa, a partir de Setembro, continuará ao mesmo ritmo e com os mesmos frutos não só no que respeita à presidência portuguesa, mas também à temática europeia em geral. Estamos fundamentamente confiantes.

PS/Odivelas analisou novas políticas sociais

JORNADAS DO NOVO PODER LOCAL

O Governo está a levar a cabo “grandes transformações” no poder local, com a introdução de um conjunto de normas que “vão alterar o seu funcionamento para melhor”, afirmou Miranda Calha na conferência “Novas políticas sociais – agenda do futuro”, uma iniciativa inserida nas “Jornadas do novo poder local”, promovidas em conjunto pela Concelhia e Secção de Odivelas do PS.



SEGUNDO o secretário nacional para as Autarquias, “o PS está a fazer o futuro hoje”, fazendo o que outros governos sabiam que tinha de ser feito mas não tiveram coragem para fazer. E não deixou de elogiar o trabalho que está a ser realizado em Odivelas, que considerou “essencial para uma melhor Odivelas no futuro”.

Na abertura dos trabalhos, a presidente da Câmara e da Concelhia de Odivelas do PS, Susana Amador, afirmou que após 33 anos de poder local, colocam-se agora “novos paradigmas” às autarquias, salientando que “as questões do voluntariado e da igualdade de género têm que merecer uma atenção especial”, não sendo de somenos importância, no âmbito de uma nova geração de políticas locais, “a implementação de políticas de apoio à criança, de apoio às pessoas com deficiência,

de apoio aos idosos, de apoio às minorias étnicas, de voluntariado e de igualdade de género”.

Segundo Susana Amador, “a nova ambição em que desemboca a nova geração de políticas locais conta, necessariamente, com a aposta nas novas tecnologias ao serviço da educação, da saúde, da cultura, da cidadania, criando territórios locais que proporcionem igualdade de oportunidades, combatam o fenómeno de exclusão social, onde a democracia participativa se consolide”.

Sobre a sua acção à frente dos destinos da Câmara, a autarca socialista realçou que “em Odivelas já há muito que estamos apostados

nas políticas de segunda geração, tendo apostado de forma muito clara na educação, na política social de habitação e no apoio aos mais vulneráveis e sujeitos à exclusão, tendo, nestes 20 meses governado à esquerda”.

Por sua vez, a presidente das Mulheres Socialistas, Maria Manuela Augusto, falando sobre o tema “Igualdade de género e mainstreaming”, procurou, desde logo, descodificar a palavra “mainstreaming” que não significa mais do que a inclusão de uma perspectiva de género em todo o processo de construção política e nas práticas sociais, a todos os níveis e por todos os actores.

Segundo Manuela Augusto, numa sociedade em que as mulheres ainda são vítimas de vários tipos de discriminação, “ainda há muito caminho a percorrer para se concretizar a plenitude dos direitos a que têm direito”.

Por isso, defendeu que “é importante a defesa do direito à maternidade e à paternidade consciente, assim como garantir a homens e mulheres uma participação equilibrada na vida familiar, profissional e pública, conforme tem sido efectuada pelas medidas políticas adoptadas pelo do Partido Socialista, e que se consubstanciam, por exemplo, entre muitas outras iniciativas, na Lei da Paridade e na Lei da IVG”.

Intervindo sobre o tema “Imigração e multiculturalidade” a deputada do PS Celeste Correia debruçou-se sobre a problemática relacionada com a imigração e a integração dos estrangeiros que cruzam as fronteiras do território nacional em busca de uma vida melhor.

Para Celeste Correia, existem várias questões chave que devem ser profundamente debatidas e reflectidas, ao nível da integração, do mercado de trabalho, da convivência multicultural, do conflito de valores, tendo o PS mantido nesta matéria “uma política determinada e coerente com uma postura solidária e, simultaneamente responsável, conforme aconteceu, por exemplo, com a recente publicação da nova Lei da Nacionalidade que, entre outros aspectos, vem facilitar o reagrupamento familiar, desburocratizar e simplificar a tipologia dos vistos, conceder a autorização de residência a cidadão estrangeiro que seja ou tenha sido vítima de infracções penais ligadas ao tráfico de pessoas ou ao auxílio à imigração ilegal, e conceder a autorização de residência para os menores nascidos em Portugal que se encontrem a frequentar qualquer nível de educação não superior”.

A conferência, que teve como moderador o coordenador da Secção de Odivelas, camarada David Viegas, terminou com um amplo e vivo debate entre todos os intervenientes e no qual foram esclarecidas todas as dúvidas apresentadas pelos presentes e aprofundadas mais algumas questões relativas aos temas abordados. J.C.C.B.

Câmara de Coimbra está ingovernável

AS CONTAS da Câmara Municipal de Coimbra geridas pelo PSD e pelo seu presidente Carlos Encarnação apresentam uma relação negativa de quase 27 milhões de euros entre as despesas comprometidas e as receitas líquidas, colocando deste modo esta edilidade entre as 14 câmaras municipais do país, no total das 308, com maior endividamento.

Esta foi a conclusão a que chegou a Comissão Política Concelhia de Coimbra do PS depois de analisar o relatório financeiro publicado no anuário dos municípios portugueses.

A par deste descalabro financeiro, acentua aquela estrutura socialista, há ainda a assinalar o facto da Câmara Municipal de Coimbra se situar na 16ª posição entre as autarquias que registam maior despesa com pessoal, percentagem essa que afecta 43,2 por cento do total das receitas camarárias, facto que a coloca, também neste particular, num dos lugares cimeiros do ranking nacional das câmaras municipais com maiores despesas com pessoal entre as edilidades consideradas de maior dimensão do país.

Com efeito, sublinha a Concelhia socialista, e para se ter uma ideia clara do descalabro a que chegaram as contas da Câmara Municipal de Coimbra, gerida pelo PSD desde há seis anos, basta recordar que a liquidez, que resulta do somatório das disponibilidades e das dívidas a terceiros, apresenta índices negativos num



montante de mais de 17 milhões e meio de euros, cenário que para os responsáveis da Concelhia do PS, “quer significar que o dinheiro das receitas não chega sequer para pagar aos devedores”.

Recorde-se que quando se está a falar de liquidez, a referência aponta para um quadro de curto prazo, isto é, aos pagamentos de despesas correntes associadas ao normal funcionamento de qualquer instituição.

Já as despesas associadas ao investimento, lembra ainda aquela estrutura do Partido Socialista, que são as que estão normalmente relacionadas com o investimento de longo e médio prazo, ou seja, as que respeitam à capacidade de uma instituição poder fazer face a compromissos com prazos mais alargados, regista-se aqui, precisamente no médio e no longo prazo, dizem os socialistas, as notas mais preocupantes da gestão do PSD à frente

da Câmara Municipal de Coimbra.

E isto, justificam, porque a regra geral aponta para que quem tenha empréstimos como aqueles que a edilidade de Coimbra tem e cujos montantes ultrapassam já os 38 milhões de euros, “possa surgir como a entidade em melhor posição de modo a dar as respostas necessárias no sentido de satisfazer um conjunto de projectos futuros de que o concelho necessita”.

Mas se este quadro “não fosse já suficientemente preocupante”, acrescentam os socialistas da cidade do Mondego, há ainda a acrescentar, lembram, o total do passivo cujos valores ascendem a mais de 75 milhões de euros “a par com um resultado líquido negativo de mais de três milhões e quatrocentos mil euros”.

Para os responsáveis da Concelhia do PS de Coimbra, e depois de ver os números recentemente apresentados e tornados públicos, quer pelo PSD local, quer por Carlos Encarnação, presidente da autarquia, ao arripio, dizem, dos “dados objectivos já por todos conhecidos do estado em que se encontram as contas do município”, as promessas e o cenário edilício defendido pelo presidente da edilidade “não passam de uma miragem”, aliás, acrescentam, só comparáveis ao “enorme deserto que tem sido a gestão camarária do PSD em Coimbra ao longo destes últimos seis anos”. R.S.A.

Aprovado quadro de incentivos ao investimento empresarial

Com vista a promover a competitividade, o Governo aprovou o Enquadramento Nacional dos Sistemas de Incentivos ao Investimento das Empresas, no âmbito do qual ficam estabelecidas as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, aplicáveis no território do Continente, durante o período de 2007 a 2013.



ESTE decreto-lei, que mereceu o aval do Conselho de Ministros, reunido no passado dia 12 de Julho, tem o duplo objectivo de, por um lado, assegurar coerência estratégica e operacional em matéria de sistemas de incentivos, garantindo uma clara focalização deste instrumento na promoção da inovação nas empresas e na dinamização de um perfil de especialização, assente em actividades com potencial de crescimento que favoreça o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia.

Por outro lado, pretende definir um padrão comum e coerente com as prioridades estratégicas nacionais que norteie a diversidade de actores

institucionais (públicos e privados) nesta matéria, permitindo desta forma uma melhor coordenação nacional deste instrumento.

O diploma fixa ainda as condições em que os sistemas de incentivo poderão apoiar projectos de investimento que promovam o empreendedorismo feminino,

o empreendedorismo jovem ou a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Assim, no decreto-lei em questão ficam igualmente estabelecidos os critérios básicos a observar para a criação de sistemas de incentivos ao investimento empresarial, nomeadamente nos aspectos relativos à

identificação dos enquadramentos comunitários aplicáveis e à necessidade de lhes dar cumprimento, à delimitação do âmbito sectorial e territorial e à clarificação das tipologias de projectos a apoiar, privilegiando os investimentos ligados à inovação, ao empreendedorismo e aos factores mais imateriais da

competitividade.

O texto reflecte também as prioridades das políticas públicas de apoio à inovação e de desenvolvimento territorial, define os limites percentuais máximos de incentivos, privilegiando a inovação e os factores qualitativos da competitividade empresarial, impõe as condições mínimas de elegibilidade dos promotores e dos projectos e aponta as despesas não elegíveis.

Determina ainda o processo administrativo de criação de sistemas de incentivos às empresas, estabelecendo o princípio de coordenação nacional e traça as linhas de orientação para a definição das responsabilidades regionais e nacionais em matéria de gestão de sistemas de incentivos.

Refira-se que os incentivos a conceder podem revestir-se, entre outras, nas formas não reembolsáveis, reembolsáveis ou beneficiados com bonificação da taxa de juro.

Ficam excluídos do âmbito da disciplina estabelecida por este diploma os incentivos de natureza fiscal, os incentivos ao emprego e à formação profissional e os regimes de incentivos específicos co-financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para as Pescas (FEP). M.R.

Arranca fase experimental da “Casa Pronta”

MAIS barato, mais simples e mais rápido, são os atributos do projecto “Casa Pronta”, o qual permite “tratar de tudo no mesmo sítio”. Segundo o primeiro-ministro, José Sócrates, este novo serviço constitui também “um estímulo para melhorar o ambiente dos negócios e um sinal claro da vontade de modernizar a Administração Pública”.

Sócrates falava, no passado dia 24 de Julho, na cerimónia de lançamento da fase experimental desta medida emblemática do Simplex 2007, realizada na Conservatória do Registo Predial de Águeda, onde esteve acompanhado pelos ministros da Presidência e da Justiça, Pedro Silva Pereira e Alberto Costa, respectivamente.

O “Casa Pronta” – explicou – é um balcão único onde podem realizar-se todas as operações relativas à compra e venda de imóveis (prédios urbanos), sendo possível, no mesmo local, pagar impostos, celebrar contratos de compra e venda, realizar imediatamente todos os registos, pedir a isenção de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e solicitar a alteração da morada fiscal, entre outras opções.

O chefe do Executivo realçou, na ocasião, que os projectos emblemáticos de simplificação e redução de custos em que o Governo apostou mudaram o país em dois anos, colocando a Administração Pública ao serviço do cidadão.

Na cerimónia de lançamento do “Casa Pronta”, Sócrates assistiu à transmissão



de um imóvel – no caso, uma loja –, cujo processo demorou apenas alguns minutos e permitiu aos contratantes tratarem dos vários actos no mesmo local.

E clarificou que a filosofia deste serviço baseia-se em ser o Estado a procurar a informação que detém, através das suas bases de dados, em vez de obrigar os cidadãos a irem “de balcão em balcão” munir-se de certidões.

Na fase experimental, o balcão “Casa

Pronta” está disponível nas Conservatórias de Registo Predial de Águeda, Almeirim, Braga, Leiria e Mirandela, havendo a intenção de alargar progressivamente o projecto a todo o território nacional.

Durante este período, o novo serviço abrange só os imóveis localizados naqueles cinco municípios, mas, numa segunda fase, vai ser eliminada a competência territorial das conservatórias, o que significa que os interessados poderão dirigir-se a qualquer

Conservatória Predial ou Loja do Cidadão, independentemente da localização do imóvel.

Outra vantagem do “Casa Pronta” reside no facto do serviço ser mais barato do que seguir o procedimento tradicional, que envolvia 17 passos burocráticos, pois deixam de ser necessárias tantas certidões.

Segundo o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, também presente no lançamento, o “Casa Pronta” oferece todas as garantias de segurança jurídica.

“Os actos são praticados perante um oficial público da Conservatória do Registo Predial e, ao contrário do processo tradicional da compra de casa, os registos são feitos imediatamente após a celebração do contrato, o que significa que os registos estão permanentemente actualizados”, assegurou.

Além disto, refira-se que este serviço disponibilizada uma certidão “on-line”, em suporte electrónico e permanentemente actualizada, no sítio www.casapronta.mj.pt

O “Casa Pronta” funciona “sem marcação” ou “com marcação prévia”, podendo esta última ser realizada pelo telefone 217714214, indo ao balcão da conservatória ou feita através do banco, por via electrónica.

Na marcação prévia, a data da realização do negócio é marcada para uma data até cinco dias úteis depois do pedido, devendo os documentos ser disponibilizados pelo menos três dias úteis antes da data marcada para a celebração dos actos.

Mais de 80 milhões de euros para promover a igualdade e combater a violência

O Governo socialista vai aplicar, até 2013, mais de 80 milhões de euros na execução de 305 medidas englobadas nos planos contra a violência doméstica, o tráfico de seres humanos e para a igualdade, apresentados no mesmo dia em que foram publicados em “Diário da República”.

NA OCASIÃO em que foram dadas as conhecer as linhas-mestras do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género e do I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos, o ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Pedro Silva Pereira, fez questão de frisar que as mais de três centenas de medidas distribuídas pelos três documentos “vão fazer a diferença para as pessoas”.

“São medidas de acções concretas, quer para a promoção de igualdade de género e o combate à violência doméstica, quer ainda para o tráfico de seres humanos”, disse Silva Pereira, vincando ainda que a execução dos planos implicará um “investimento muito significativo” e prioritário no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

“Estamos a falar de um valor superior a 80 milhões de euros, entre fundos nacionais e fundos comunitários, até 2013”, sublinhou o governante, explicando de seguida ser necessário consolidar a rede de casas de abrigo e desenvolver campanhas de sensi-



bilização da opinião pública.

Pedro Silva Pereira apelou também a uma mobilização geral no sentido de garantir sucesso às medidas articuladas ou complementares de outras iniciativas, como é o caso da revisão do Código Penal, que, pela primeira vez, autonomiza o crime de violência doméstica.

Durante a sessão de apresentação, Pedro Silva Pereira evidenciou de diversas formas a importância do I Plano Nacio-

nal Contra o Tráfico de Seres Humanos, assinalando que, dos três documentos, este foi elaborado sobre uma matéria na qual “só o nome arrepia”.

“O Governo não se limita a reeditar políticas, mas a construir a respostas aos novos problemas”, como é o caso do tráfico de seres humanos, observou.

E apontou que foram propostas várias medidas no âmbito da reforma penal que são muito importantes”, referindo que

foi preciso consubstanciar a ideia de que o tráfico de seres humanos não se faz apenas para exploração sexual, mas também laboral e para proceder à entrega de crianças para adopção através de mecanismos ilegais.

Assim, o novo Código Penal vai passar a punir a destruição de documentos de identificação e de viagem, no âmbito do tráfico de seres humanos para exploração laboral.

“Esta atitude – frisou o minis-

tro – não era criminalizada e o Governo apresentou uma medida concreta para a criminalizar”.

O novo código deverá ditar igualmente um agravamento de sanções quando as vítimas de tráfico forem crianças e promover garantias adicionais de protecção das vítimas que colaborem com as autoridades na detecção das redes criminosas.

Sobre as acções previstas no Plano para a Igualdade, Pedro Silva Pereira declarou que elas visam “impulsionar movimentos de combate à discriminação, designadamente no local de trabalho, onde se enfrentam os problemas mais sérios”, vincando, neste aspecto, a grande responsabilidade que cabe às empresas no sucesso de um plano que, disse, “pretende incentivar o empreendedorismo feminino e terá em atenção factores de empregabilidade”.

Também presente na sessão de apresentação pública, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, destacou o papel da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género na aplicação destes planos “a favor da mudança para uma sociedade mais justa”.

Entre as acções salientadas pelos oradores destacou-se ainda a constituição de um Observatório de Género para “monitorizar” o fenómeno da igualdade e a medida inscrita no Plano Contra a Violência Doméstica, que prevê a criação de um regime de mobilidade geográfica que garanta, tanto na Administração Pública quanto nas empresas privadas, a deslocalização de vítimas em condições de segurança e sigilo. **M.R.**

Nova Lei de Imigração em vigor a partir de Agosto

A ENTRADA, permanência e saída de cidadãos estrangeiros de Portugal vai ter novas regras já a partir de Agosto, altura em que entra em vigor a Lei de Imigração.

O novo regime jurídico define as condições e procedimentos de entrada, saída e afastamento dos estrangeiros do território nacional, bem como o estatuto de residente de longa duração.

Esta lei, aprovada no Parlamento em Maio, com os votos favoráveis do PS e do principal partido da oposição, prevê a atribuição de um visto de residência temporário aos estrangeiros que pretendam procurar trabalho no nosso país, desde que possuam as qualificações adequadas à bolsa de emprego anualmente fixada, estabelecendo ainda um novo regime de vistos para a imigração temporária e autorizações de residência para investigadores e quadros qualificados estrangeiros.

Entre as principais alterações decorrentes deste novo quadro jurídico figura ainda a



criação de um único título para todos aqueles que residem legalmente em Portugal e a constituição de um regime mais adequado para combater o tráfico de seres humanos e imigração ilegal.

As coimas às entidades patronais que contratem imigrantes ilegais vão ser também aumentadas e os casamentos por conveniência passam a constituir crime.

Também ao abrigo da nova Lei da Imigração, os menores nascidos em Portugal que frequentem o pré-escolar ou qualquer grau do ensino básico e secundário vão poder obter uma autorização de residência, bem como os seus pais.

O alargamento do reagrupamento familiar aos parceiros de facto e a filhos maiores, a limitação das possibilidades de expulsão e a eliminação da prisão preventiva para os imigrantes ilegais, quando detectados, são outras novidades que a nova lei traz consigo.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS

Faça-se um estudo sobre a viabilidade, a utilidade ou não da implementação de um metro de superfície a ligar as cidades de Braga e de Guimarães

METRO DE SUPERFÍCIE BRAGA-GUIMARÃES: UM DESAFIO ÀS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

NUM tempo em que, por razões que não vêm agora à baila, volta e meia se fala em projectos e estudos que são dinamizados por associações empresariais, aproveitemos a maré e lancemos um desafio: faça-se um estudo sobre a viabilidade, a utilidade ou não da implementação de um metro de superfície a ligar as cidades de Braga e de Guimarães. Um estudo em que, necessariamente, teriam (terão) de ser envolvidas entidades como, por exemplo, a Associação Industrial do Minho (AIMinho), a Associação Comercial de Braga (ACB), a Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG) e ainda outras associações congéneres intermédias (e estamos a lembrar-nos, por exemplo, das Caldas das Taipas).

Acreditamos que um metro de superfície a ligar estas duas das mais importantes cidades do país viria (virá) reforçar ainda mais o eixo que já se conseguiu há muito e cujo último tentáculo está na ligação por auto-estrada. Mas sabe-se como mesmo esta ligação já foi alvo de críticas, nomeadamente pelo seu custo em termos do utilizador – afinal, uma constatação que não é exclusiva desta auto-estrada.

Que achegas poderão entretanto ser dadas para que se justifique a concretização deste estudo? Desde logo há que pensar que o TGV tem prevista uma paragem em Braga e não será por acaso que isso vai acontecer. Sabe-se que os governos ao longo dos anos têm mostrado dúvidas sobre a conveniência de uma ligação desta natureza entre a Cidade dos Arcebispos e a Cidade-Berço, mas aí está o desafio, para que as associações mais intimamente ligadas a uma problemática destas possam fornecer os elementos necessários a convencer os governantes – até porque se sabe, também, que o actual Governo sempre se mostrou aberta a estudar projectos que demonstrem verdadeira viabilidade. E o aparecimento do TGV é mais um dado a ter em conta.

Aprofundemos entretanto esta questão. E recordemos que o QREN se baseia fundamentalmente em três itens. Por um lado, a qualificação de recursos humanos, por outro o desenvolvimento económico, em terceiro lugar a qualificação do território. Ora, um projecto como o metro de superfície Braga-Guimarães encaixa-se perfeitamente nestes três itens.

Desde logo, no que respeita à qualificação de recursos humanos, promove uma mais forte ligação entre os dois pólos da Universidade do Minho. Por outro lado, vem complementar duas cidades que podem conjugar sinergias, sendo que Guimarães se apresenta como um pólo de indústria e detém a chancela de Património Mundial e Braga se mostra como um pólo de serviços e tem uma fantástica dimensão em termos de turismo e monumentos religiosos. Finalmente, há que lembrar que é preciso retirar carros das estradas, é conveniente unir as cidades através de transportes pesados e devemos ser capazes de criar interligações entre as urbes que impeçam o aumento dos subúrbios.

Um estudo que avalize a conveniência desta ligação por metro de superfície entre Braga e Guimarães poderá – a demonstrar-se a sua viabilidade – contribuir de forma acentuada para a qualificação da região e auxiliar de forma positiva a mobilidade das pessoas, acrescentando igualmente novos contributos que ajudam a cumprir Quioto.



OPINIÃO



MAXIMIANO MARTINS
Deputado do PS

Entendo que o PS-M deve fixar objectivos em todas as áreas da política madeirense, tomar as suas próprias posições em função daqueles objectivos e lutar por elas. Nunca subordinar-se às posições do seu principal adversário

SOCIALISTAS MADEIRENSES: QUE FAZER?

O PS-M está em Congresso ordinário onde elegerá uma nova direcção política. Depois será convocada uma Convenção. O Congresso e a Convenção ocorrem num momento difícil após uma derrota pesada nas eleições antecipadas de Maio último em que o Partido passou de um score anterior próximo dos 30 por cento para cerca de 15 por cento. Ou seja, passou de um limiar que a ser consolidado permitiria começar a pensar em ser alternativa de poder na Região para um valor muito crítico. Mas em democracia nunca as derrotas são definitivas.

Esta situação exige sentido de responsabilidade e capacidade de discutir aprofundadamente o estado do PS-M e o estado e a natureza da sociedade madeirense. Sem isso não só nada se perceberá sobre aquilo que ocorreu com o PS-M nem será possível edificar um caminho de futuro e uma esperança. Se debater ideias e projectos é um dever dos partidos, no caso do PS-M isso é decisivo para a sua manutenção como partido capaz de oferecer capacidade de alternância na Região Autónoma da Madeira.

Para se perceber a situação, o primeiro elemento a sublinhar é o facto de as eleições antecipadas terem assumido uma natureza plebiscitária de base populista – o que transferiu a campanha do terreno das ideias e daquilo que verdadeiramente estava em jogo que era eleger uma maioria na Assembleia Legislativa da Madeira e formar o Governo mais capaz para governar a região. Em vez disso o plebiscito ocorreu ‘contra Lisboa’ e sobre as relações financeiras entre a região e a República numa abordagem primária, manipuladora e demagógica como se fosse verdadeiramente possível perguntar a alguém se quer ou não dispor de mais dinheiro ou de obras sem o ónus de as ter de pagar. Não foi a autonomia nem a governação madeirense que foram referendadas mas, antes, o relacionamento financeiro com a República. Mais transferências contra menos recursos e mais responsabilidades.

O resultado eleitoral do PS-M era antecipável e inevitável.

O segundo elemento a destacar para uma compreensão da situação é o facto relevante de na Região Autónoma da Madeira existir um exercício de um poder absoluto de trinta anos – o que teve como consequência ter-se criado uma sociedade que eu classifico de “totalitária de fachada democrática” em que se observam características como: o total enquadramento da sociedade pelo Estado com eliminação da autonomia da sociedade civil – o que leva a relações de controlo, de alinhamento incondicional ou passivo, de dependência e de completo amorfismo tanto das elites como das populações em geral; uma ideologia-guia baseada num forte regionalismo (daí o “partido da autonomia”, de um “homem-novo” e de uma “Madeira-nova”), em que o ‘partido’ – o PSD-M – é o único depositário da ideologia do sistema – o que leva a um discurso populista, pouco racional mas eficaz; uma chefia pessoalizada e carismática – conduzindo à tese da sua insubstituibilidade e a intervenções do ‘chefe’ a todos os níveis das relações políticas e sociais; o condicionamento da comunicação social – procurando criar uma ‘verdade oficial’ e impedir o debate e o contraditório; a ‘captura’ da justiça – levando à sua inacção e à inimizabilidade efectiva dos agentes do regime.

Nenhum democrata pode ficar indiferente perante esta deriva autoritária.

Nestas circunstâncias, um plebiscito, como aquele que ocorreu em Maio na Madeira, só poderia ter tido as consequências para o PS-M que teve. O PS-M foi penalizado pela sua defesa da necessidade de mais rigor e mais responsabilidade na gestão pública, pela denúncia da não-sustentabilidade do modelo económico-social e do enorme endividamento financeiro que o poder regional ‘laranja’ vem criando à Região, pela razoabilidade da solidariedade com o processo de contenção da despesa pública em Portugal. Mas... manifestamente este não é o tempo deste discurso na Região Autónoma da Madeira. Pouco a pouco a crise económica e social vai-se instalando e dando razão àqueles de entre nós que chamaram

a atenção para os erros de governação cometidos. Mas as eleições já foram...

Ao PS-M cabe não alinhar nesta ‘claustrofobia’ madeirense. Não se resignar. Afirmar o valor do debate de ideias e de projectos. Afirmar o valor radical da democracia que se sobrepõe, se necessário, ao valor da autonomia – ou seja que entende a autonomia não como um fim em si mesmo mas como um meio para atingir, pela maior proximidade do cidadão, melhor democracia e mais desenvolvimento económico e social.

O PS-M não pode ceder nesta escolha essencial e fixar-se na defesa intransigente da democracia. Face à equação Democracia/Autonomia nem sempre o PS-M teve uma escolha no passado clara e inequívoca. Pelo contrário, deixou-se cair na armadilha de uma pseudo-luta autonómica do PSD-M que tende a ‘arrastar’ nos seus valores toda a estratégia e a tática das forças políticas madeirenses – num estranho unanimismo regional em que ao PSD e ao Governo Regional cumpre estabelecer o ‘interesse’ da Madeira e aos outros cabe seguir aplaudindo (ou, pelo menos, anuindo pelo seu silêncio).

Não aceito esta via. Entendo que o PS-M (o que é verdade para toda a oposição) deve fixar objectivos em todas as áreas da política madeirense, tomar as suas próprias posições em função daqueles objectivos e lutar por elas. Nunca subordinar-se às posições do seu principal adversário.

Para o PS-M o que está em causa é ser capaz de partilhar com outras forças da oposição dois princípios essenciais: que a democracia, as liberdades e o estado de direito são valores últimos do seu combate e devem prevalecer sobre todos os outros valores; que autonomia e responsabilidade são as duas faces de uma mesma moeda – não fazendo sentido pretender ter capacidade de autogoverno sem a consequente assumpção de deveres e de actuação responsável.

Com este entendimento e com trabalho na formulação de posições próprias fundamentadas, seria possível isolar em muitos momentos o PSD-M e a doutrina, as políticas e a acção do seu Governo.

Como em todas as situações societárias as responsabilidades por determinadas evoluções indesejáveis são múltiplas. O PS nacional e os seus governos não estão isentos de responsabilidades no ‘défice democrático’ madeirense – como de resto não são também alheios os órgãos de soberania e as instituições do Estado de Direito Democrático português. Tantas e tantas vezes os sucessivos Presidentes da República ‘lavaram as mãos’ das suas responsabilidades, os sucessivos Conselhos de Estado pecaram por omissão, o Tribunal de Contas ficou-se por recomendações inconsequentes, o Tribunal Constitucional deixou-se enredar em meros formalismos...

Defendo – desde que o PS assumiu as funções governativas, com maioria absoluta, a nível nacional – que deveria existir uma ‘Agenda Democrática’ entre o PS nacional e o PS-M relativa ao combate democrático na Madeira. A concertação de posições entre as duas partes em áreas críticas do funcionamento da sociedade madeirense parece-me indispensável para uma séria abordagem à singularidade do poder absoluto madeirense e para reforçar a capacidade de luta democrática na região. Não se trata de qualquer apelo à intromissão externa ou a substituir-se às responsabilidades inequívocas e inalienáveis da oposição madeirense. Trata-se de ser solidário com uma luta democrática, uma luta desigual.

São tempos de responsabilidade para o PS-M. São tempos de vigilância e de combate democrático. É por isso que defendo como caminhos para o PS-M: ter ideias próprias; resistir à tendência para fechar-se sobre si próprio e, antes, abrir-se à sociedade criando dinâmicas de transformação; afirmar convicções e firmeza na sua prossecução; ser capaz de credibilizar-se perante toda a sociedade; reestruturar-se por forma a responder aos problemas do mundo actual e aos anseios da população; dar um novo dinamismo às suas relações com o PS nacional.

João Carlos Gouveia é o novo líder do PS/Madeira



O ÚNICO candidato à liderança do PS-Madeira, João Carlos Gouveia, venceu as eleições directas internas e será legitimado presidente do partido no XIII Congresso Regional, que decorrerá no Madeira Tecnopolo a 28 e 29 de Julho próximo.

“Um compromisso para o futuro” é a sua moção de estratégia política global, no âmbito da qual se assume como um “candidato institucional de transição” para um mandato de dois anos, período durante o qual pretende preparar o partido para o novo ciclo eleitoral: legislativas nacionais, autárquicas e Parlamento Europeu.

A “criação de mecanismos de coesão interna” é um dos principais objectivos de João Carlos Gouveia, que pretende realizar uma Convenção na segunda quinzena de Setembro. “A Convenção visa definir uma estratégia do PS/Madeira, que recupere o eleitorado, no quadro de um consenso alargado entre dirigentes, autarcas, deputados, militantes de base”, afirmou ao “Acção Socialista”.

Visando “valorizar os estatutos”, João Carlos Gouveia disse que quer criar um Conselho Consultivo,

que terá por missão “acompanhar a acção do Secretariado e do presidente do PS/Madeira”. Este órgão, adiantou, reunirá de dois em dois meses.

O novo líder do PS/Madeira adiantou ainda que vai ser criado um grupo de trabalho com o objectivo de “elaborar uma declaração de princípios e um programa”.

João Carlos Gouveia é natural do concelho de São Vicente, no norte da ilha da Madeira, tem 48 anos de idade, e é formado em Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Foi candidato à presidência do partido por três vezes, tendo, em todas estas eleições, perdido para o seu concorrente: em Outubro de 2002 Jacinto Serrão; em Fevereiro de 2001 José António Cardoso e em Fevereiro de 1999 Mota Torres.

Foi dirigente da FALA Fórum de Acção pela Liberdade no Arquipélago da Madeira. É deputado à Assembleia Legislativa desde 2004, membro da Comissão Política Concelhia do Funchal e vereador na Câmara Municipal de São Vicente desde 2005. J. C. C. B.

Secção de Belém homenageia militantes

VISANDO promover o convívio e a confraternização entre os militantes, a Secção de Belém organizou o I Arraial dos Jerónimos, nas renovadas instalações desta estrutura socialista, que contou com a presença de 50 pessoas.

Este evento serviu também para homenagear os camaradas da Secção com 25 anos ou mais de militância na Secção, que receberam das mãos do secretário-coordenador do PS/Belém, Pedro Gomes, uma placa comemorativa e ainda a colectânea de poesia “Da Palavra

Mulher”, editada pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.

Destaque para a presença do camarada José Marques Leitão, 90 anos de idade, militante do PS desde 1974, e um dos fundadores da Secção de Belém, que num breve discurso lembrou os tempos difíceis de 1975 e outras lutas travadas pelo partido, citando ainda o saudoso camarada Salgado Zenha: “Quem serve o povo e o partido deve ser grato, mas não esperar gratidão”.

PS exige que Jardim cumpra a lei da IVG e critica silêncio cúmplice do PSD e CDS



O porta-voz do PS, Vitalino Canas, exigiu que o Governo Regional da Madeira cumpra a nova legislação do aborto e criticou o “silêncio cúmplice” do PSD e do CDS-PP perante a ameaça de incumprimento da lei.

EM DECLARAÇÕES aos jornalistas, no final da reunião do Secretariado Nacional do PS, Vitalino Canas disse que “tomaremos as iniciativas que entendermos convenientes”, sublinhando que “existem naturalmente mecanismos do próprio Estado de Direito que terão de ser accionados”.

Segundo o dirigente socialista, “a única solução admissível num Estado de Direito é o Governo Regional da Madeira começar a cumprir a lei”.

Entretanto, acrescentou, “o PS vai continuar a acompanhar a situação e irá suscitar a questão na próxima Comissão Permanente da Assembleia da República”, agendada para 6 de Setembro.

Vitalino Canas disse que, em caso de incumprimento da lei numa região autónoma, “a Constituição distribui responsabilidades por vários órgãos”, assegurando que “os órgãos em que o PS tiver influência ou maioria assumirão as suas responsabilidades”.

E considerou que a intenção do Governo Regional da Madeira do PSD liderado por Alberto João Jardim de não cumprir a lei, “a confirmar-se, configura uma violação dos princípios mais elementares do Estado de Direito”.

Perante este cenário, “o CDS e o PSD calam-se. O PSD, que tem especiais responsabilidades, tem mantido um silêncio cúmplice com o que se passa na Região Autónoma da Madeira”, acusou.

Vitalino Canas sustentou ainda que “a situação interna de grave perturbação não justifica que o líder do PSD se cale perante esta violação gravíssima do Estado de Direito, por este desrespeito pelo cumprimento da lei”.

Obras do aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira concluídas em 2009

VOLVIDOS 45 anos do início das obras do Projecto Hidroagrícola da Cova da Beira, o Governo liderado pelo camarada José Sócrates assumiu o compromisso de terminar este empreendimento até ao ano de 2009.

A decisão implica um investimento de cerca de 50 milhões de euros e ainda proceder a uma reprogramação de todas as acções que ainda faltam efectuar.

Assim, a prioridade é agora concluir as redes secundárias de rega, drenagem e viária dos Blocos de Belmonte e de Caria, bem como do terceiro Troço do Canal Condutor Geral e do Canal da Capinha.

Programou-se que nos anos 2008 e 2009 sejam desenvolvidos os projectos relativos aos blocos de rega da Covilhã, Fundão e Fatela, concluindo-se deste modo o regadio da Cova da Beira.



Com este projecto, o Ministério da Agricultura consegue expandir, já na próxima campanha de rega, a área regável em mais 2913 hectares (actualmente a área regável em exploração do Bloco da Meimosa representa 3177 hectares).

Mercê da importância deste investimento, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Rui Nobre Gonçalves, realizou uma visita aos trabalhos que estão a decorrer na área de Belmonte.

A visita culminou com o encerramento do II Congresso Nacional de Rega e Drenagem, encontro promovido de modo a institucionalizar hábitos de discussão dos problemas relacionados com a rega e a drenagem e a possibilitar, a médio e longo prazos, uma melhoria no uso e gestão sustentável da água na agricultura.

Défice de 3,3 por cento está perfeitamente ao alcance



OPINIÃO



MIGUEL COELHO
Deputado do PS; presidente da Concelhia de Lisboa

Como disse o novo presidente o PS saberá assumir essa vontade popular e não virará a cara a Lisboa e aos seus problemas. Vamos governar a cidade e enfrentar as dificuldades.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A RECEITA pública está a evoluir melhor que o esperado, a despesa está controlada, e o objectivo de défice de 3,3 por cento em 2007 “está perfeitamente ao alcance”, afirmou o ministro das Finanças.

Em conferência de Imprensa sobre a execução orçamental do subsector Estado no primeiro semestre deste ano, Teixeira dos Santos afirmou que “o comportamento da receita se afigura bastante positivo”, com um crescimento de 10 por cento face ao mesmo período de 2006, permitindo antecipar que chegará ao final do ano acima do esperado.

Paralelamente, a despesa está abaixo do “limiar crítico”, com uma taxa de execução de 48,9 por cento, devendo evoluir em linha com os valores orçamentados no conjunto

do ano, acrescentou.

Até Junho, a despesa total do Estado aumentou 3,9 por cento, com as despesas com o pessoal a subirem 3,4 por cento e as remunerações certas e permanentes a aumentarem apenas 0,7 por cento.

Apesar desta evolução orçamental, Teixeira dos Santos, mostrando-se muito prudente, não deu garantias de que o défice das contas públicas no conjunto de 2007 possa ficar abaixo dos 3,3 por cento orçamentados.

“Não posso assumir nenhum compromisso para mudar a farsa assumida”, disse, acrescentando que “não vale a pena dar falsas expectativas de uma esperança que pode ser infundada”.

Quanto ao objectivo dos 3,3 por cento, o ministro das Finanças assegurou que esse valor “está perfeitamente ao alcance” do Governo.

Alterados procedimentos e composição das juntas médicas

COM VISTA a assegurar que as competências das juntas médicas e os seus procedimentos de avaliação de incapacidade por motivos de saúde possuam natureza exclusivamente técnico-científica, o Governo aprovou um decreto-lei que altera a composição destas entidades, bem como os referidos procedimentos de verificação, previstos na lei de 1997.

O diploma – aprovado pelo Conselho de Ministros na sequência de declarações de José Sócrates em que se manifestou impressionado ao conhecer casos de vítimas de cancro às quais foi recusada aposentação por doença – altera a composição das juntas médicas da Caixa Geral de Aposentações (CGA), da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

e das comissões de verificação de incapacidades no âmbito da Segurança Social, no sentido de garantir que as mesmas sejam compostas exclusivamente por médicos.

No entendimento do Governo, por se tratar de actos médicos, os mesmos devem ser exercidos por profissionais do respectivo foro, ou seja, por médicos.

Adicionalmente, a fim de se garantir uma maior coerência ao sistema de avaliação médica, o diploma uniformiza os procedimentos de verificação de incapacidades no âmbito da CGA e da Segurança Social, prevendo-se agora a existência de um médico relator, de uma junta médica inicial e de uma junta de recurso, à semelhança do que se verifica no âmbito da segurança social.

OPSESTÁ CONSCIENTE DAS DIFICULDADES QUE VAI ENFRENTAR EM LISBOA

OS RESULTADOS das eleições intercalares do passado dia 15 de Julho restituíram ao Partido Socialista a responsabilidade de assumir a presidência da Câmara Municipal de Lisboa e de governar a cidade.

Gostaria de saudar as cidadãs e os cidadãos de Lisboa que com o seu voto demonstraram um elevado sentido de dever cívico de participação e, naturalmente, saudar, o novo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa.

Esta vitória eleitoral que o Partido Socialista obteve deve-se muito à capacidade e perfil de António Costa enquanto político capaz de deixar a comodidade e o conforto material do Parlamento Europeu para assumir responsabilidades em Portugal, capaz de concretizar objectivos e com provas dadas no que se refere à gestão da coisa pública.

Ao votarem em António Costa para presidente da Câmara, os eleitores quiseram deixar claro que precisam de alguém com grande capacidade de visão e planeamento do futuro, mas igualmente com grande capacidade de realização.

As lisboetas e os lisboetas demonstraram no passado dia 15 de Julho a sua desilusão com a gestão do PSD e apontaram um caminho de renovação.

Com este resultado os lisboetas pediram contenção e rigor nas despesas, apostaram nas políticas de inclusão social e na credibilização dos seus representantes eleitos.

Estas eleições intercalares aconteceram porque o PSD não soube, ou não quis, ser um factor de estabilidade política.

Tal como fomos avisando repetidas vezes em diversas declarações políticas e em moções que apresentámos e sobranceiramente rejeitadas pelo PSD, ou o PSD mudava de rumo ou o fim só poderia ter sido este.

Este resultado representa assim um fechar de ciclo e o início de uma nova esperança para Lisboa.

O Partido Socialista está consciente das grandes dificuldades que vai enfrentar.

A cidade está paralisada, os serviços desorganizados, os trabalhadores do município desmoralizados e a situação financeira é por todos conhecida.

Os problemas do trânsito e estacionamento, do parque escolar e as políticas sociais têm de ser objecto de medidas urgentes.

Lisboa precisa de um governo que decida e rapidamente.

O Partido Socialista compreende o alcance do resultado destas eleições.

Os lisboetas que votaram entenderam, de um modo muito claro, que quem queriam para Presidente era António Costa. Por isso lhe deram a vitória em todas as 53 freguesias da cidade.

Os lisboetas que votaram entenderam igualmente de um modo claro que quem queriam para governar era o Partido Socialista, sem maioria absoluta.

Como disse o novo presidente o PS saberá assumir essa vontade popular e não virará a cara a Lisboa e aos seus problemas. Vamos governar a cidade e enfrentar as dificuldades.

A abstenção eleitoral foi muito significativa. O PS não ignorará o seu significado.

Se uma componente substancial desta abstenção se prende com a circunstância de estarmos em pleno mês de férias de verão e a própria data específica de 15 de Julho ter sido um dia de movimentação pendular entre os que partem de férias e os que chegam, naturalmente que a esta abstenção também está ligada uma componente de desilusão das pessoas nos agentes políticos e na política.

Saberemos analisar com profundidade as

causas e a nossa quota parte de responsabilidade neste fenómeno.

Seria igualmente importante que outras forças políticas, que privilegiaram a insinuação caluniosa em detrimento do confronto plural de ideias e propostas, compreendessem que essa atitude, em vez de recompensar eleitoralmente, afasta os cidadãos das urnas de voto lançando-os na abstenção.

Também reconhecemos o sinal dado pelo eleitorado para com as candidaturas de cidadãos independentes. Pela nossa parte entendemos tal facto como positivo, principalmente se essas candidaturas forem protagonizadas por cidadãos genuinamente independentes.

Como disse António Costa, há um tempo para arrumar a casa e um tempo para construir.

O PS tem, como referi, consciência das dificuldades.

António Costa no seu discurso de vitória já afirmou que de candidato passou a presidente de todos os Lisboetas.

Manifestou igualmente o desejo de estabelecer a melhor das relações institucionais com esta Assembleia Municipal e as melhores relações de trabalho com as Juntas de Freguesia.

Saudamos desde já o seu propósito de rapidamente reunir com cada uma das Juntas de Freguesia para assim poder estabelecer uma profícua relação funcional.

Saudamos a sua determinação em sanar com urgência a difícil situação financeira arrumando as dívidas aos fornecedores e pagando àqueles que tiveram de paralisar iniciativas e obras contratualizadas com o município, por falta de pagamento.

Saudamos a sua vontade em disciplinar o trânsito e o estacionamento selvagem na cidade.

Saudamos a sua intenção de lançar uma operação generalizada de limpeza à cidade e muito especialmente saudamos a sua prioridade em proteger as nossas crianças, afectando mais policiamento à escola segura através da assinatura imediata do protocolo que permite a entrada de mais 150 agentes da PSP na Polícia Municipal e reforçando as passeiras de peões que servem os estabelecimentos de ensino.

Em democracia não há inimigos. Apenas adversários que se devem respeitar.

O PS está certo que todos querem o melhor para a cidade.

Divergir na pluralidade das opções é um fundamento das democracias.

Convergir no respeito pelas decisões democraticamente assumidas é igualmente outro fundamento democrático.

Aos partidos que não venceram estas eleições queria dizer, em nome da bancada do PS na Assembleia Municipal, que esperamos, face à nova realidade política, aquilo que é expectável:

Uma oposição leal, firme e construtiva.

Uma oposição que permita implementar as medidas necessárias para recuperar a cidade da situação de crise em que se encontra.

Uma oposição que naturalmente não abdicando dos seus pontos de vista, compreenda o momento excepcional que estamos a viver.

Os lisboetas querem decisões, querem que a Câmara funcione, querem rigor e sobretudo querem que os responsáveis eleitos contribuam para a resolução dos inúmeros problemas concretos que os afectam

Pela nossa parte, bancada do PS na Assembleia Municipal tudo fará para o estabelecimento de um clima de cooperação estratégica entre todas as bancadas para que, sem afrontamentos aos princípios de cada um e no respeito pela pluralidade política, possamos convergir mais vezes do que divergir.

Famílias portuguesas vão receber novos apoios do Governo

DEBATE SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO

O primeiro-ministro foi ao Parlamento anunciar um novo pacote de medidas de ajuda às famílias e à natalidade e uma nova prestação de apoio à gravidez, aumentando igualmente o abono de família para os casais com mais filhos.

Estas iniciativas visam travar o défice demográfico em Portugal, sublinhando o primeiro-ministro que esta é a primeira vez que existe no país um programa de apoio à natalidade.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

DO CONJUNTO das iniciativas anunciadas no Parlamento, José Sócrates destacou, entre outras, a criação do programa que visa disponibilizar uma nova prestação de abono de família que será pago às futuras mães a partir do terceiro mês de gravidez e durante seis meses, abrangendo mais de 90 mil famílias, e cujos montantes dependerão dos seus rendimentos, como lembrou o primeiro-ministro, sendo certo que do total desses agregados familiares, um terço, cerca de 32 mil, serão apoiados com uma “verba que poderá atingir os 130 euros mensais”.

Uma outra iniciativa, é dirigida sobretudo às famílias numerosas, e que consiste na duplicação do abono de família dos segundos filhos e na triplicação para os terceiros e seguintes, nos segundos e terceiros anos de vida das crianças, período onde o acréscimo de despesas, lembrou o primeiro-ministro, “é mais relevante e onde o actual abono de família é substancialmente mais baixo”.

A estas medidas junta-se uma outra, também anunciada por José Sócrates, e que consiste no apoio à criação de novas creches de modo a acolher mais cerca de 15 mil crianças.

Estas iniciativas do Governo, agora anunciadas, justificam-se tanto mais quanto os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que, nos últimos 20 anos, Portugal conheceu um decréscimo acentuado da sua taxa de natalidade, tendo passado de uma taxa média superior a 12 nascimentos por mil habitantes para 10 crianças.

O Governo anunciou este conjunto de acções no terceiro debate sobre o estado da Nação que o primeiro-ministro enfrentou desde que assumiu, há pouco mais de dois anos, as funções de chefe do Governo.

E fê-lo começando por evocar que

se sentia com a segurança de quem conhece os bons resultados que a política do Governo já permitiu alcançar e com a certeza de que este tempo de mudanças e de reformas “tem sido um tempo de modernização e de recuperação do país”, facto que se está a traduzir por um aumento dos “níveis de bem-estar social”.

Sócrates lembrou que todos os índices apontam para uma subida sustentada da nossa economia, cenário que é corroborado, acrescentou, quer pelo Banco de Portugal, quer pelas próprias instituições da União Europeia.

Um dos muitos exemplos que se podem apontar, demonstrativos de que a economia portuguesa começa a dar sinais positivos, refere-se às boas prestações das contas públicas portuguesas, facto que já não sucedia há mais de três décadas, o que tem permitido ao Governo empreender, em paralelo, um conjunto de políticas de cariz social que estão a ir ao encontro de forma gradual mas sustentada das necessidades e dos desejos dos portugueses.

Diálogo e concertação

Políticas sociais, lembrou ainda o primeiro-ministro, que o Governo do PS nunca abandonou, estando-se a registar um equilíbrio neste sector que se pretende que seja feito cada vez mais em “sintonia, diálogo e concertação com todas as forças sociais, económicas e políticas”.

Para José Sócrates, Portugal está hoje muito melhor, “de qualquer ponto de vista que se queira analisar o país”, se comparado com o dia em que o Partido Socialista assumiu as responsabilidades governativas há cerca de dois anos.

A Nação, disse o primeiro-ministro, “está melhor”, Portugal começa mesmo a ter crescimento económico “cenário que há pouco mais de dois anos se afigurava como uma tarefa



impossível”, pelo menos, disse, “se déssemos ouvidos às lamúrias e ao permanente derrotismo das oposições”.

Referindo-se às questões económicas, o primeiro-ministro foi claro ao recordar os três principais objectivos que o Governo garante “desde o primeiro dia”: consolidação das contas públicas, relançamento da economia e crescimento do emprego.

Quanto ao primeiro vértice deste triângulo, disse, e “depois de três anos de insucesso protagonizados pela direita”, Portugal está finalmente a cumprir, “e até a superar”, as metas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Em 2006, lembrou, o país foi capaz de reduzir o défice orçamental de 6,1 por cento para 3,9 pontos percentuais. Ou seja, acrescentou, pela primeira vez em muitos anos, “conseguimos reduzir o peso da despesa pública em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

Foi este progresso, acrescentou ainda Sócrates, que permitiu ao Executivo ser este ano “ainda mais ambicioso no objectivo de fixar uma nova meta para o défice” que deverá situar-se nos 3,3 por cento, ou seja, Portugal ficará a escassas décimas de finalmente entrar no clube dos países europeus com as contas públicas em ordem abaixo do plafond de 3 por cento estabelecido no PEC.

Quanto ao segundo compromisso, o relançamento da economia, os factos aí estão a comprovar porque



é que Portugal é hoje visto como um “país de confiança, à altura de cumprir com os seus compromissos e com todas as suas obrigações de Estado-membro da zona euro”.

Sócrates não deixou contudo de recordar que o caminho para se poder atingir este patamar não foi isento de problemas, lembrando que recebeu um país “à beira de uma segunda recessão e com um crescimento de menos de 0,1 por cento”.

Este facto, difícil mas não impossível de ultrapassar, disse ainda, não foi obstáculo a que o país logo em 2006 tivesse crescido 1,3 por cento, “acima das próprias previsões do Governo”, cenário que permitiu a Portugal, já no primeiro trimestre deste ano, ver a sua economia crescer para perto dos 2 por cento.

Finalmente, e no que respeita

ao terceiro vértice, o crescimento do emprego, tema que tem sido abordado pelas oposições de forma populista e demagógica, o primeiro-ministro lembrou que em 2006 a população empregada registou o maior crescimento desde 2001, recordando que desde a entrada em funções do actual Governo “foram criados 41 mil novos empregos”, o que em termos líquidos quer dizer que a “economia já

está a criar mais empregos do que aqueles que se perdem”.

O Governo está a meter o país nos eixos

Para o líder da bancada socialista, Alberto Martins, a reforma que visa estabelecer um novo funcionamento do Parlamento, constitui um passo sério e determinante para a modernização e democratização dos trabalhos parlamentares, não deixando, por outro lado, de recordar um conjunto de outras acções já empreendidas pelo Governo que “muito estão a ajudar Portugal a reencontra-se consigo próprio e a aumentar a qualidade da vida colectiva dos portugueses”.

Segundo Alberto Martins, o Governo liderado por José Sócrates, entre outros avanços importantes, soube “colocar o país num patamar superior ao nível da competitividade e da inovação”, lembrando ainda o papel determinante do Executivo do Partido Socialista para a aprovação da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, ou ainda o seu contributo para a aprovação de reformas tão significativas como a da Justiça, da Segurança Social, das Finanças Locais e Regionais, ou ainda as iniciativas contra a corrupção.

Intervenção completa do primeiro-ministro, José Sócrates, em: http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Primeiro_Ministro/Intervencoes/20070720_PM_Int_Estado_Nacao.htm

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa